

10 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Legislativo e Judiciário têm sobra de R\$ 7,7 bilhões Estados

Como esses Poderes são imunes a cortes nos repasses e contingenciamentos,
dinheiro pode ser gasto em benefícios

R\$ 1,73 bilhão

Foi a sobra de recursos no Legislativo e no Judiciário do Rio de Janeiro ao final de 2018; o Executivo fechou o ano com um rombo de R\$ 4,4 bilhões

Enquanto os governadores tentam contornar a escassez de recursos, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria de 10 Estados e do Distrito Federal terminaram o ano de 2018 com sobra de R\$ 7,7 bilhões. Como esses Poderes são imunes a cortes e contingenciamentos quando há frustração na arrecadação, o dinheiro que sobra fica disponível para ser gasto em benefícios, como auxílio-moradia e reajustes salariais. Os Estados onde houve excedente de recursos são GO, MA, MG, MT, PE, RJ, RN, RS, SE e TO, além do DF. Em memorial enviado a ministros do STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) defende a aplicação de dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal que permite aos governadores bloquear recursos dos demais Poderes quando houver frustração de receitas. O STF deve julgar a validade desse e de outros dispositivos da LRF no dia 26. No plano federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estende os efeitos do contingenciamento aos demais Poderes.

10 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO Corte tem de atingir todos os Poderes, diz AGU

Para órgão, Legislativo, Judiciário e MP dos
Estados não podem ser blindados de aperto

Entendimento

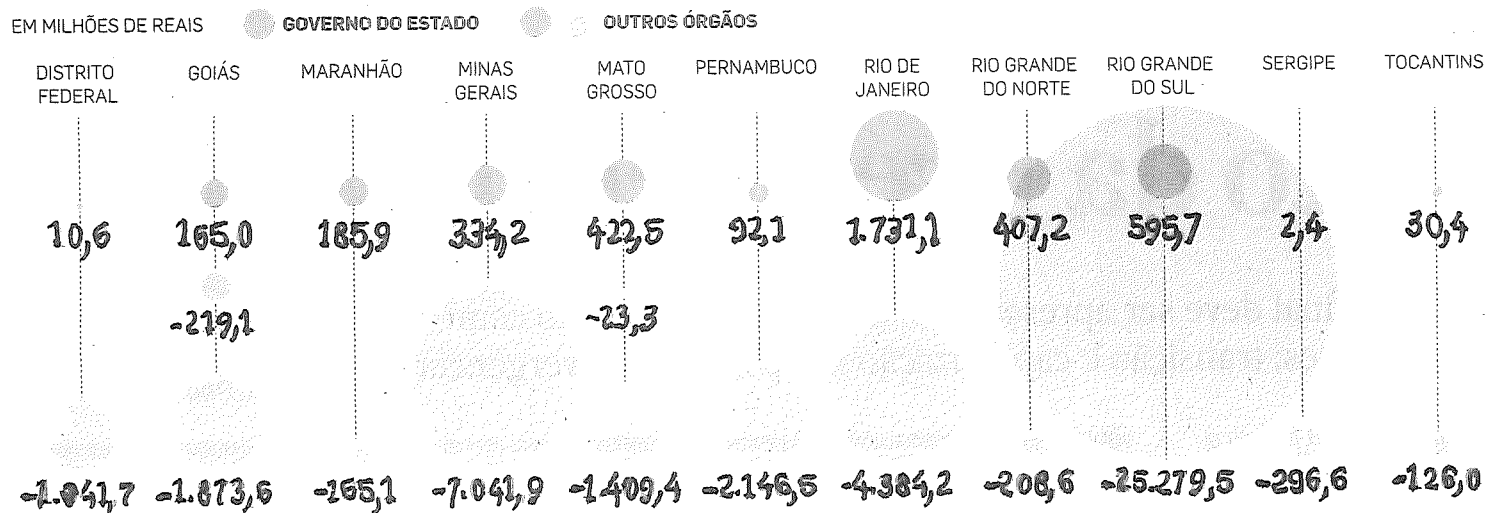
“Os demais Poderes entendem que, uma vez definido o duodécimo (parcela mensal repassada pelo Executivo estadual), mesmo que eles não executem todo o orçamento, eles têm direito a esse recurso”

Carla Abrão

SÓCIA DA OLIVER WYMAN

DINHEIRO SOBRANDO

Veja quanto sobrou de recursos nos demais poderes de Estados cujo poder Executivo ficou com caixa negativo no fim de 2018



FONTE: DADOS DECLARADOS PELOS ÓRGÃOS AO TESOUREIRO NACIONAL, EXTRAÍDOS DO SICONFI

INFOGRÁFICO/ESTADAC

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO 10 JUN 2019

CONTINUAÇÃO

Idiana Tomazelli

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Imunes às tesouradas nos gastos quando há frustração na arrecadação, os poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria dos Estados tinham no fim do ano passado uma sobra de R\$ 7,7 bilhões em recursos livres, que poderiam ser usados para bancar outras despesas, segundo levantamento do 'Estado/Broadcast' com dados fornecidos pelos próprios órgãos ao Tesouro Nacional. Enquanto isso, os Executivos dos Estados continuam com contas atrasadas e muitos não conseguem colocar salários de servidores em dia.

Hoje, os governadores assumem sozinhos o ajuste nas contas e são obrigados a repassar integralmente aos demais Poderes a parcela mensal de recursos prevista no orçamento, chamada de "duodécimo", mesmo que a projeção de despesas já não seja mais factível diante da queda nas receitas.

A situação agrava as dificuldades dos Executivos estaduais, que são responsáveis por gastos prioritários como saúde, educação e segurança, mas precisam fazer um contingenciamento maior que o realmente necessário para garantir a transferência aos demais Poderes. Enquanto isso, Legislativo, Judiciário, MP e Defensoria ficam blindados do aperto e com recursos disponíveis para conceder reajustes e outros benefícios, como auxílio-moradia.

A Advocacia-Geral da União (AGU) chamou a atenção para o problema em memorial enviado a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). No documento, obtido pelo Estado, a AGU defende o uso de um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permite aos chefes dos Executivos bloquear recursos dos demais Poderes, caso eles não adotem essa providência em situações de frustração de receitas. "Não pode haver um primo rico e outro po-

bre. Devemos, sim, todos ser solidariamente responsáveis pelo sucesso do Brasil", disse ao Estado o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça.

O compartilhamento já ocorre na União porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) federal tem uma norma que estende os efeitos do contingenciamento aos demais Poderes. Mas nem todos os Estados têm força política para incluir isso em suas LDOs, com aval das assembleias. Legislativo e Judiciário, por exemplo, até podem devolver o dinheiro ao Tesouro estadual por iniciativa própria, mas isso não ocorre na prática.

Por isso, a AGU quer que o STF permita aos Executivos usar o instrumento da lei que torna possível o bloqueio de recursos em caso de omissão dos demais Poderes ante a necessidade de conter despesas. A corte deve julgar a validade desse e de outros dispositivos da LRF em 26 de junho.

Dinheiro 'sobrando'. Segundo a AGU, diversos Estados e municípios têm verificado que os demais Poderes deixam de realizar a limitação dos gastos e, sem respaldo jurídico para que o Executivo faça o bloqueio, "ficam de mãos atadas".

O próprio Tesouro Nacional destaca a questão no memorial da AGU. "Apesar de o Poder Executivo ter dificuldades, outros Poderes acumulam grandes volumes de recursos não vinculados em suas contas, os quais são oriundos, em sua grande maioria, dos duodécimos repassados pelo Executivo, mas que não foram gastos por eles", diz o órgão.

No Rio de Janeiro, o Executivo fechou o ano de 2018 com um rombo de R\$ 4,4 bilhões. Mas havia nos cofres do Judiciário R\$ 1,15 bilhão em recursos disponíveis e livres de qualquer vinculação – ou seja, poderiam ser remanejados para qualquer área. O Ministério Público tinha outros R\$ 389,5 milhões sobrando no caixa. Defensoria, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado reuniam mais R\$ 192,6 milhões.

No Mato Grosso, o Executivo ficou com o caixa no vermelho em R\$ 1,4 bilhão no fim do ano passado, enquanto sobravam R\$ 417,1 milhões nos cofres do Judiciário e do Ministério Público.

Já no Rio Grande do Norte, a sobra de recursos de R\$ 281,8 milhões nas contas do Judiciário seria suficiente para cobrir a falta de R\$ 208,6 milhões em recursos não vinculados verificada no fim de 2018. A situação é tão discrepante que o Judiciário chegou a "negociar" com o Executivo um adiamento nos repasses, desde que os valores sejam repostos no futuro – ou seja, foi realizada uma operação de financiamento entre Poderes, segundo o Tesouro Nacional.

Socorro. A economista Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman e ex-secretária de Fazenda de Goiás, diz que o repasse dos duodécimos é uma questão importante e gera uma "briga constante". "Os demais Poderes entendem que, uma vez definido o duodécimo, mesmo que eles não executem todo o orçamento, eles têm direito a esse recurso", diz.

Ana Carla cita que a proposta de um novo socorro aos Estados apresentada pelo governo prevê, entre as medidas de ajuste que os governos podem aprovar como pré-requisito à adesão, a instituição de uma conta única. "Esses recursos seriam revertidos para o Tesouro estadual para serem realocados no exercício seguinte, que é o que faz sentido", avalia.

O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), Rafael Fontelles, afirma que, para alguns Estados, a possibilidade de bloquear recursos dos demais Poderes seria "uma medida importante". "De forma geral, uma maior efetividade da LRF tem simpatia de grande parte dos secretários, senão de todos", diz.

10 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

TJ passa sem sobressaltos pela crise financeira do Rio de Janeiro

Enquanto servidores e aposentados tiveram de enfrentar atrasos em pagamentos, tribunal só viu orçamento crescer

Vinicius Neder/RIO.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) passou incólume pela crise fiscal que vem assolando o Estado. Enquanto o Executivo fluminense começava a atrasar salários, na virada de 2015 para 2016, o orçamento do TJ-RJ passava de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 3,9 bilhões. Para este ano, estão previstos R\$ 4,3 bilhões.

De 2015 até o início de 2018, cerca de 460 mil servidores, incluindo aposentados e pensionistas, viveram um período de penúria e dificuldades, com sucessivos atrasos no pagamento dos salários, enquanto os funcionários do Judiciário seguiram ganhando em dia salários mais elevados e turbinados por auxílios diversos.

Ao longo da crise fiscal, os 13,6 mil servidores do TJ-RJ, incluindo pouco menos de 900 magistrados, nunca deixaram de receber em dia. A remuneração mensal de um técnico vai de R\$ 3.870 a R\$ 6.370, fica entre R\$ 6.370 e R\$ 9.560 no caso dos analistas e pode chegar a R\$ 35.460 para desembargadores.

Isso sem contar os auxílios, que elevam os ganhos dos funcionários que se enquadram em determinadas situações. Segundo o site do TJ-RJ, a lista de benefícios inclui auxílio-adoção, auxílio-creche, auxílio-doença, auxílio-educação, auxílio-funeral, auxílio-locomção, auxílio-refeição, auxílio-saúde, além de plano de saúde e do auxílio-moradia.

o Crescimento

R\$ 4,3 bi

é o orçamento do Tribunal de Justiça do Rio previsto para este ano

R\$ 2,9 bi

era o valor em 2016

O auxílio-moradia sofreu um freio no fim do ano passado. Assim como os demais órgãos do Poder Judiciário em todo o País, o TJ-RJ teve de restringir o auxílio-moradia a casos excepcionais, conforme resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovada em dezembro. Agora, o valor do auxílio não pode passar de R\$ 4.377,73 e ficará restrito aos casos em que o magistrado trabalhe em local diverso de sua comarca original.

A reportagem pediu ao TJ-RJ informações sobre a quantidade de magistrados que faziam jus ao auxílio-moradia em 2018 e quantos vêm recebendo desde janeiro deste ano, mas não obteve resposta. Segundo planilhas disponíveis no site do TJ-RJ, o gasto com “indenizações de ajuda de custo, transporte e auxílio moradia” foi de R\$ 750 mil em dezembro.

Na previsão orçamentária de 2019, são R\$ 3,487 bilhões destinados para gastos com pessoal e encargos no TJ-RJ, mas não é apenas nos salários e benefícios que os gastos do Judiciário fluminense chamam a atenção.

Ginástica. Em junho do ano passado, o CNJ determinou a suspensão de um contrato do TJ-RJ para manter uma academia de ginástica que funciona na sede do órgão, exclusiva para juizes e desembargadores e seus parentes. O contrato, de R\$ 5 milhões por cinco anos, era destinado para o pagamento de

professores de educação física, de gerentes e uma copeira. Conforme nota publicada à época no site do CNJ, podem usar a academia apenas os associados da Mútua dos Magistrados do Rio de Janeiro, entidade privada sem fins lucrativos que administra ações de saúde, qualidade de vida e o bem-estar.

Dados compilados pelo professor da UFRJ Mauro Osório, especialista em economia regional fluminense, mostram que as despesas do TJ-RJ são mais elevadas do que as dos TJs de São Paulo e de Minas, quando ponderados pela população total de cada Estado.

Para o economista, isso tem a ver com o quadro de corrupção instalado no Rio. Como o Legislativo fluminense tem um histórico de décadas de casos de desvios, segundo Osório, tende a fiscalizar menos o Judiciário. No jogo de pesos e contrapesos entre os poderes independentes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, as Assembleias Legislativas é que teriam condições de criar leis capazes de moderar os gastos dos TJs.

10 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

O Supremo se corrige



A decisão do Supremo Tribunal Federal dispensando autorização legislativa para a venda do controle de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de econo-

mia mista, tomada em sessão na quinta-feira passada, reparou flagrante intromissão da própria Corte em assunto exclusivo da direção das estatais. Essa correção reduz a insegurança jurídica nos negócios dessas empresas, condição essencial para sua saúde financeira e para a confiança dos agentes privados que nelas investem.

Alguns votos de ministros do Supremo, no entanto, indicam a permanência, naquele tribunal, de uma visão contaminada pela política, o que infelizmente prenuncia mais decisões ideologicamente motivadas como a que acaba de ser derrubada.

Em junho de 2018, uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski a pedido de funcionários e sindicalistas da Caixa Econômica Federal impediu a venda de empresas controladas pelas estatais, exigindo aval legislativo prévio. A decisão ainda proibiu a dispensa de licitação nos casos em que a venda envolva perda de controle acionário. Assim, monocraticamente, o ministro Lewandowski alterou uma lei aprovada pelo Congresso, a Lei das Estatais, objeto da ação. Foi com base nessa decisão do ministro Lewandowski que sindicatos dos petroleiros e de operadores de refinarias entraram no Supremo para impedir a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), rede de gasodutos da Petrobrás. No dia 26 de maio, o ministro Edson Fachin concedeu liminar atendendo a esse pleito, a despeito do fato de que a venda havia sido realizada sob orientação do Tribunal de Contas da União e depois de analisadas as melhores ofertas. O resultado é que o negócio, fechado pela Petrobrás com o grupo francês Engie por US\$ 8,6 bilhões, foi suspenso.

O prejuízo, nesse caso, não é apenas financeiro. Claramente, houve interferência indevida do Judiciário numa decisão exclusivamente empresarial de uma companhia estatal com ações em Bolsa. Com aval do Supremo, os interesses de corporações sindicais se sobrepuseram ao plano de negócios da Petrobrás. Num cenário incerto como esse, é natural que os investidores fiquem em dúvida se devem ou não realizar negócios com a Petrobrás ou qualquer outra estatal.

Felizmente, o plenário do Supremo, ao julgar o caso, decidiu que não há necessidade de aval do Congresso nem de licitação para a venda de subsidiárias de estatais, desde que se respeitem os princípios gerais da administração pública. Em seu voto, o ministro Alexandre de Moraes sustentou, corretamente, que a Constituição determina apenas a necessidade de uma autorização genérica que permita às estatais criarem e administrarem subsidiárias, dispensando-se aval legislativo para a criação ou mesmo a venda de cada uma dessas subsidiárias. “Se precisar de lei específica para cada subsidiária, todas as subsidiárias existentes hoje no Brasil, nos municípios, Estados e União, todas são ilegais. Nenhuma tem autorização específica”, disse Moraes.

Alguns ministros, contudo, decidiram ir além do aspecto estritamente técnico envolvido na questão para reafirmar suas opiniões políticas acerca das privatizações, o que, ao fim e ao cabo, colabora para manter no horizonte o risco de novas interferências indevidas. O ministro Ricardo Lewandowski, por exemplo, afirmou que “havia e há, com efeito, uma crescente vaga de desestatizações que vem tomando corpo em todos os níveis da Federação, a qual, se levada a efeito sem a estrita observância do que dispõe a Constituição, poderá trazer prejuízos irreparáveis ao País”. Já o ministro Luiz Fux fez saber que, em sua opinião, a privatização de estatais, “neste momento, é

mais importante que reformar a Previdência, porque os valores revertirão mais celeremente para a União”. E o ministro Luís Roberto Barroso opinou que, “no fundo, nós estamos travando um debate político disfarçado de discussão jurídica, que é a definição de qual deve ser o papel do Estado e quem deve deliberar sobre este papel no Brasil atual”.

Nem se discute quem tem razão nesse debate sobre as privatizações ou o tamanho e o papel do Estado; discute-se, sim, se é adequado que tal debate se dê no Judiciário, cujos integrantes não foram eleitos pelo voto popular direto para decidir sobre isso.

10 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

PF apura invasão de telefones de Moro e de procuradores

Investigação tem como foco apurar ataques de hackers a celulares; site divulgou suposto conteúdo de conversas

Teo Cury
Rafael Moraes Moura
BRASÍLIA

A Polícia Federal instaurou há cerca de um mês um inquérito para investigar ataques feitos por hackers aos celulares do ex-ministro da Justiça, Sergio Moro, e de procuradores da República que atuam nas forças-tarefas da Lava Jato em Curitiba e no Rio de Janeiro, segundo apurou o *Estado* com uma fonte a par da investigação.

Ontem, o site *The Intercept Brasil* divulgou o suposto conteúdo de mensagens trocadas por integrantes do Ministério Público Federal, como o procurador Deltan Dallagnol, e do então juiz federal Sergio Moro.

Os hackers miraram especialmente as mensagens trocadas por meio do aplicativo Telegram, segundo duas fontes com conhecimento do assunto. As vítimas, que não haviam acionado a verificação em duas etapas, recurso que adiciona uma camada adicional de segurança às mensagens, tiveram suas conversas violadas pelos criminosos.

Os procuradores notificaram a Polícia Federal após um deles desconfiar de uma mensagem recebida por meio do aplicativo. O ataque em massa então foi descoberto e começou a ser apurado pela PF.

Dúvida. Um investigador que conversou com o *Estado* sobre a reserva diz que somente as vítimas do ataque poderão confirmar se o conteúdo das mensagens é de fato verdadeiro. Isso porque é muito comum que

hackers incluam passagens falsas no meio de conversas “roubadas” das vítimas.

Um integrante do Ministério Público, que falou ao *Estado* sob reserva, disse que foi “imprudente” o uso do Telegram para comunicação pelos procuradores e não das vias oficiais, já que há uma rede oficial e segura do MPF para esse fim.

A força-tarefa da Lava Jato em Curitiba afirmou, em nota divulgada na noite deste domingo, que “não sabe exatamente ainda a extensão da invasão”, mas que “possivelmente” foram copiados “documentos e dados sobre estratégias e investigações em andamento e sobre rotinas pessoais e de segurança” dos integrantes do grupo e de suas famílias.

Disse ainda antecipar que os criminosos tentem usar o material roubado para constranger os integrantes da força-tarefa, falseando o conteúdo das conversas. “Uma vez ultrapassados todos os limites de respeito às instituições e às autoridades constituídas na República, é de se esperar que a atividade criminosa continue e avance para deturpar fatos, apresentar fatos retirados de contexto, falsificar integral ou parcialmente informações e disseminar ‘fake news.’”

Segundo a nota, os procuradores têm “tranquilidade” de que as mensagens “refletem atividade desenvolvida com pleno respeito à legalidade e de forma técnica e imparcial” e que não irão “se dobrar à invasão imoral e ilegal, à extorsão ou à tentativa de expor e deturpar suas vidas pessoais e profissionais”.

Os ataques de hackers vêm sendo recorrentes e já eram motivo de preocupação dentro do Ministério Público Federal. Em maio, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, determinou a instauração de um procedimento administrativo para

acompanhar a apuração de tentativas de ataques cibernéticos a membros do Ministério Público Federal.

Dodge determinou ainda que a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (S-TIC) da PGR adotasse providências para diagnosticar eventuais ataques e resolver o problema. À época, Raquel considerou ataques graves e afirmou que eles poderiam comprometer diversas apurações em curso na procuradoria.

No final de abril, o ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informou que seu celular havia sido “clonado ou hackeado”. O relator do processo da Lava Jato no Tribunal Regional Federal da 2ª. Região, Abel Gomes, também foi alvo de hacker, como mostrou a *Coluna do Estadão* no sábado.

Na semana passada, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, teve seu celular pessoal clonado. Ele cancelou a linha e determinou a abertura de investigações. O ministro desconfiou de uma ligação recebida por ele e, logo em seguida, bloqueou a linha.

Procurados pela reportagem, Sergio Moro e a Procuradoria-geral da República não se pronunciaram até as 21h30. O Palácio do Planalto disse que não comentaria o caso.

CONTINUA

10 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ministros do STF e do STJ falam em vazamento 'grave'

● Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) avaliaram como "grave" o vazamento de supostas trocas de mensagens entre o então juiz federal Sérgio Moro e integrantes da Lava Jato. Segundo magistrados ouvidos sob a condição de anonimato, o episódio pode influenciar o julgamento em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acusa o atual ministro da Justiça de agir com parcialidade no caso do triplex do Guarujá.

Para um ministro do STF, trechos expostos pelo site *The Intercept Brasil* com suposta sugestão de Moro a Dallagnol para que trocasse a ordem de fases da Lava Jato e desse celeridade em fases da operação são "muito graves". Um deles afirmou que juiz não é sócio de procurador em processo e que, se agem assim, tem algo errado.

O ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, disse que a comunicação entre força-tarefa e Moro não deveria ocorrer por mensagens.

"A troca de mensagens entre juiz e Estado acusador tem de ser no processo, com absoluta publicidade. A internet é sempre perigosa", afirmou ao Estado.

Dois ministros do STJ, onde está pendente análise de recurso de Lula para progredir de regime e deixar a superintendência da PF em Curitiba, afirmaram que o conteúdo das supostas mensagens indica quebra da imparcialidade do juiz./R.M.M

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE
CANTANHÊDE

09 JUN 2019

Nova onda liberal

**STF confirma uma tendência:
"à esquerda" em costumes, "à
direita" na economia**

A pesar de relações instáveis e oscilantes com o Legislativo, o presidente Jair Bolsonaro marcou um gol no Judiciário: a licença dada pelo Supremo para que as empresas e bancos estatais vendam ativos sem licitação e sem consultar o Congresso. E, como disse o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, não foi uma vitória só do governo, mas do Brasil.

As privatizações e concessões à iniciativa privada são um dos pilares da política econômica do ministro Paulo Guedes, que, de um lado, joga todas as fichas na reforma da Previdência para detonar o déficit público e, de outro, articula uma abertura crescente ao capital privado para retomar investimentos, aquecer a economia, gerar empregos e renda. Só por ideologia, e não por inteligência e pragmatismo, pode-se insistir no Estado como propulsor da economia.

Aliás, essa tendência começou no governo Collor, avançou com FHC e, com ressalvas, foi mantida por Lula. A fase mais intervencionista e filosoficamente estatizante foi a de Dilma, com suas canetadas gerando desconfiança sobre o cumprimento de contratos e a independência das empresas.

Pela decisão do STF, as "empresas mães", como Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Brasil, só podem ser vendidas com licitação e aprovação de leis específicas na Câmara e no Senado. Mas essas empresas têm poder e independência para traçar suas políticas, executar suas estratégias e manter ou não suas subsidiárias, algo natural em países desenvolvidos e liberais.

Desde a campanha, o agora presidente já anunciava a intenção de abrir a economia e chegou a admitir a privatização até da Petrobrás, se não tivesse outro jeito. É muito difícil um governo, mesmo à direita, mesmo ultraliberal, chegar a tanto, mas o País já está maduro o suficiente para separar o joio do trigo. Manter a exploração e o refino com a Petrobrás faz todo sentido. Mas por que a distribuição? E para que manter mais de 30 subsidiárias?

Depois dos votos do relator Ricardo Lewandowski e do ministro Edson Fachin, contra as vendas sem aval do Congresso, quem mais chamou a atenção foi Luiz Roberto Barroso, que resume um personagem em ascensão da cena brasileira: "à esquerda" nas questões de costume e "à direita" na economia. Ou seja, liberal em ambas, enquanto a tal esquerda enferrujada mantém ojeriza à abertura que gera investimentos e empregos e a tal direita insiste numa visão retrógrada e desgarrada da realidade em costumes.

Dá um frio na barriga quando os 11 ministros do STF são chamados a julgar, às vezes a toque de caixa, assuntos altamente complexos, com imenso impacto sobre o País e a sociedade e sobre os quais eles não têm a mínima intimidade. A previsão de votos vai pela ideologia de cada um. Fulano é mais à esquerda? Então vota assim. Sicrano é à direita? Então, vota assado.

Guedes, porém, entrou em campo, deu aulas sobre o que estava em julgamento e, afinal, os ministros, mesmo não sendo economistas, conhecem as leis e estão antenados com a dinâmica do mundo e do Brasil. Não há mais como ignorar o inchaço do Estado e que a máquina, a burocracia, a folha e as aposentadorias devoram os recursos.

Essa é também a percepção do Congresso, onde mais de 70% dos parlamentares vêm acompanhando o voto da liderança do governo. Bolsonaro, porém, abriu um canal direto com o presidente do STF, Dias Toffoli, que ele nunca conseguiu – ou quis – com os da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre. Se fosse para apostar, daria para dizer que nenhum dos 11 ministros é bolsonarista ou simpatiza com o regime. Mas as relações com a Corte andam bem mais fáceis do que com o Legislativo. Aliás, em que pé ficou mesmo o tal pacto?

09 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO Projeto irresponsável

Alguns dos projetos de lei, medidas provisórias e decretos com os quais o presidente Jair Bolsonaro pretende cumprir suas principais promessas de campanha primam pela irresponsabilidade. Já havia sido assim no caso do decreto que ampliou a possibilidade de posse e porte de armas no País, que teve de ser refeito por estar eivado de erros formais e de ilegalidades – e, se as vírgulas fora de lugar foram corrigidas, o mesmo não se pode dizer das ilegalidades, que permaneceram na nova versão. Agora é a vez de um projeto de lei, encaminhado pessoalmente pelo presidente Bolsonaro ao Congresso, para alterar o Código de Trânsito Brasileiro.

As mudanças se prestam basicamente para aliviar as sanções aos infratores de trânsito, tanto as multas como a eventual suspensão da carteira de habilitação. O objetivo, segundo informou o presidente, é um só: acabar com o que ele chama de “indústria da multa”.

Assim, em nome dessa missão, Bolsonaro pretende aumentar de 20 para 40 pontos o limite que determina a suspensão da carteira de motorista. “Por mim eu botaria 60”, disse o presidente Bolsonaro, deixando claro que, por ele, talvez nem pontuação devesse haver.

Na justificativa do projeto, lê-se que “a atual complexidade do trânsito brasileiro cada vez mais gera a possibilidade de o condutor levar uma autua-

ção do trânsito, ainda que não tenha a intenção de cometê-la”, razão pela qual “alcançar os 20 pontos está cada dia mais comum na conjuntura brasileira”. Ora, tal argumento é de uma imprudência gritante: por ignorar a “complexidade” das regras de trânsito, o motorista poderia então cometer irregularidades à vontade, sob a proteção do Estado.

Ademais, é falsa a conclusão de que “está cada dia mais comum” o acúmulo de 20 pontos na carteira. Dados do Detran de São Paulo mostram que apenas 1,5 milhão (6,36%) de motoristas paulistas acumularam 20 ou mais pontos na carteira de habilitação nos últimos 12 meses. O número de documentos suspensos caiu de 560 mil para 434 mil entre 2017 e 2018. Há 17,9 milhões de motoristas paulistas sem um único ponto na carteira.

Esses dados comprovam que os beneficiados pelo projeto encaminhado com entusiasmo por Bolsonaro são uma minoria de infratores – a maioria absoluta dos condutores segue a lei, que em duas décadas ajudou a reduzir o número de acidentes e de mortes no trânsito. Aparentemente, contudo, os formuladores do projeto não levaram em conta essa realidade, preferindo talvez basear-se apenas na intuição do presidente sobre a “indústria da multa”.

Se tivesse consultado algum estudo e não sua intuição, o presidente não teria incluído em seu projeto o relaxamento da punição para os motoristas

que transportarem crianças de maneira inadequada. Dados da Organização Mundial da Saúde indicam que o uso obrigatório de cadeirinhas em automóveis pode reduzir em pelo menos 60% a possibilidade de mortes de crianças em acidentes. Desde que a obrigatoriedade das cadeirinhas entrou em vigor no Brasil, em 2008, o número de mortes de crianças em acidentes caiu 12,5%.

Mas o presidente Bolsonaro parece muito seguro de sua decisão, porque, segundo ele, “todo mundo que é pai e mãe é responsável”. Além disso, pelo fato de que só foi suspensa a multa em dinheiro, valendo a pontuação na carteira, “vamos ver se o pessoal vai multar ou é a multa pela multa”. Traduzindo: para o presidente, o “pessoal” só multa para arrecadar dinheiro; portanto, sem dinheiro, não haverá multa.

O projeto de lei, assim, se presta a provar uma tese de Bolsonaro: a de que as multas só existem para castigar injustamente os brasileiros, com o objetivo de encher os cofres de administradores públicos inescrupulosos, que mandam guardas ficarem escondidos na moita para multar cidadãos desavisados. É evidente que não é assim que se formulam políticas públicas, especialmente as destinadas a reduzir o número de mortes de brasileiros. A “indústria da multa” deve ser combatida com fiscalização e punição aos maus administradores, e não com leniência em relação aos maus motoristas.

O ESTADO DE S. PAULO

CHRISTIANE YARED
ENTREVISTA

08 JUN 2019

Christiane Yared (PL-PR), deputada federal

'Eu não sei o valor de uma cadeirinha. Sei de caixão'



Christiane. 'A preocupação é realmente com segurança'

Congressista que teve filho morto por motorista alcoolizado critica alguns dos principais pontos do projeto de Bolsonaro

Mariana Haubert / BRASÍLIA

Aliada do presidente Jair Bolsonaro, a deputada federal Christiane Yared (PL-PR) fez um dos discursos mais duros até agora contra o projeto apresentado pelo governo que afrouxa punições nas regras de trânsito. Em discurso no plenário da Câmara na quarta-feira, ela criticou principalmente a suspensão de multas para quem não transportar crianças em cadeirinhas. "Quanto custa uma? Eu não sei o valor de uma cadeirinha, mas sei o valor de um terreno no cemitério. Eu sei quanto custa um caixão, eu paguei o caixão do meu filho. Eu sei quanto custa choro, flores", disse Christiane.

Seu filho, Gilmar Souza Yared, foi morto em 2009, após o carro do ex-deputado estadual José Carli Filho atingir o veículo em que estava. Na ocasião, exames apontaram que Carli Filho, que se apresentou à Justiça no último dia 28, estava

embriagado. Agora no Congresso, ela diz "lutar por vidas". "Até pedi a líderes (dos partidos) que sugerissem o meu nome (para a relatoria da proposta na Casa)."

● O que mudou na sua trajetória desde a tragédia com seu filho? Mudou tudo. Eu era uma empresária conhecida no Paraná. Trabalhei 30 anos nessa empresa e, graças a Deus, era bem-sucedida e em uma madrugada fui acordada por dois agentes federais que traziam a informação da morte do meu filho. No IML, não deixaram meu esposo reconhecer o corpo. Falaram que nunca tinham visto nada igual e ele não dormiria mais na vida. Depois, recebi no cemitério um caixão lacrado. Normalmente (depois disso), a gente não quer fazer mais nada da vida, as famílias se desmancham. Não aceitei tomar medicação porque tinha medo de ficar dependente. Com o tempo, compreendi. No dia que o enterrei, disse para ele que não ia enterrá-lo, ia plantá-lo. Criei uma ONG. Já dei quase 3 mil palestras na ânsia de tentar diminuir essas mortes no trânsito.

● Como a senhora avalia o projeto do presidente Jair Bolsonaro? Sabemos que é uma promessa de campanha dele. O que sugerimos ao presidente é saídas. Vi que houve pressa na apresentação desse projeto e ele não vai passar do jeito que está no Congresso porque nós ali estamos na defesa desse trânsito mais seguro. Para alguns pontos já temos até projetos apresentados, como os 40 pontos na carteira para profissionais - caminhoneiros, taxistas, motoristas de Uber, quem trabalha diretamente no trânsito, entregadores.

CONTINUA

08 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● E nos demais pontos?

A preocupação é realmente com segurança. Com relação ao farol aceso de dia, é importantíssimo. A gente viu aí uma redução de 15% das mortes nas estradas, nas rodovias no País. E quanto à cadeirinha, o valor é completamente irrisório, se for comparar a um terreno no cemitério, a um caixão, ao tempo de choro e flores. Então trouxemos essa realidade para o plenário. E também vimos com preocupação a questão dos dez anos para renovar a habilitação. Veja o meu caso: o jovem que matou o meu filho, aos 18 anos teve a habilitação concedida. Quando fez a renovação estava com 23; quando fez 26, era um drogado, tinha problema sério com alcoolismo e histórico de pontos assustador na carteira. E continuava dirigindo. Matou duas pessoas. Vejo com preocupação, não a renovação da carteira, mas a renovação dos exames médicos. É um país que não tem responsabilidade... “Ah não, cada pai é responsável pelo seu filho”, dizem. A gente vê por aí todos os dias, basta parar na frente de uma escola para ver como os pais são responsáveis: as crianças chegam todas soltas, às vezes 3, 4 no carro, naquela folia. E se houver um acidente, uma colisão na traseira do carro, essas crianças serão ejetadas para fora. Depois não adianta chorar. Se morreu, tem de enterrar. E se ficar sequelas, o País inteiro paga a conta. A cada dez leitos no Brasil, sete são ocupados com acidentados de trânsito.

10 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Site publica mensagens que mostram colaboração entre Moro e Dallagnol

'Intercept' divulga conversas de procuradores da Lava Jato; MPF dizem que houve ação criminosa

SÃO PAULO E BRASÍLIA Mensagens atribuídas ao ex-juiz Sergio Moro e ao procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal (MPF), que foram divulgadas neste domingo (9) pelo site Intercept Brasil mostram que os dois trocavam colaborações quando integravam a força-tarefa da Operação Lava Jato.

Moro, que hoje é ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro, foi o juiz responsável pela operação em Curitiba. Ele deixou a operação ao aceitar o convite para o cargo, em novembro passado.

O site informou que obteve o material de uma fonte anônima, que pediu sigilo. O pacote inclui mensagens privadas e de grupos da força-tarefa no aplicativo Telegram de 2015 a 2018.

Após a publicação das reportagens, a equipe de procuradores da operação divulgou nota chamando a revelação de mensagens de "ataque criminoso à Lava Jato" e disse que o caso põe em risco a segurança de seus integrantes.

Na troca de mensagens, membros da força-tarefa fazem referências a casos como o processo que culminou com a condenação do ex-presidente Lula (PT) no caso do triplex de Guarujá. Preso em decorrência da sentença de Moro, o petista foi impedido de concorrer à Presidência na eleição do ano passado.

“

Caro, STF soltou Alexandrino.

Estamos com outra denúncia a ponto de sair, e pediremos prisão com base em fundamentos adicionais na cota. [...] Seria possível apreciar hoje?

Deltan Dallagnol em mensagem para Moro em 2015 sobre executivo da Odebrecht

A sentença de Moro foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A condenação já foi chancelada também pelo Superior Tribunal de Justiça.

Segundo a reportagem, Moro sugeriu ao MPF trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobrou novas operações, deu conselhos e antecipou ao menos uma decisão judicial.

“Olá Diante dos últimos desdobramentos talvez fosse o caso de inverter a ordem da duas planejada (sic)”, escreveu Moro a Dallagnol em fevereiro de 2016, referindo-se a fases da investigação. As mensagens foram reproduzidas da forma como o site as publicou, sem correções ou revisão gramatical.

Dallagnol disse que haveria problemas logísticos. No dia seguinte, foi deflagrada a 23ª fase da Lava Jato, a Acarajé.

Em agosto do mesmo ano, depois de decorrido o período de quase um mês sem novas operações da força-tarefa, o ex-magistrado perguntou: “Não é muito tempo sem operação?”. A decisão, em tese, caberia aos investigadores, e não ao juiz do caso.

“É sim”, respondeu Dallagnol, de acordo com o Intercept. A operação seguinte ocorreu três semanas depois do diálogo com o magistrado.

O material que veio a público traz também reações à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de soltar em 2015 Alexandrino Alencar, ex-executivo da Odebrecht que se tornou delator. Os diálogos mostram os membros do MPF e do Judiciário debatendo passos que poderiam levar o delator de volta para a prisão.

“Caro, STF soltou Alexandrino. Estamos com outra denúncia a ponto de sair, e pediremos prisão com base em fundamentos adicionais na cota. [...] Seria possível apreciar hoje?”, escreveu Dallagnol.

CONTINUA

“Não creio que conseguiria ver hj. Mas pensem bem se é uma boa ideia”, respondeu Moro. Nove minutos depois, o então juiz acrescentou: “Teriam que ser fatos graves”.

Em outro episódio, Moro indicou ao procurador do MPF qual seria a tendência de uma decisão sua no processo de Lula. Em 2017, o ex-juiz cobrou os procuradores sobre tentativa de adiar um depoimento do petista. “Que história é essa que vcs querem adiar? Vcs devem estar brincando”.

“Não tem nulidade nenhuma, é só um monte de bobagem”, continuou, questionando contestações que existiam à realização do interrogatório.

Um outro episódio da Lava Jato abordado na troca de mensagens é o pedido de entrevista com o ex-presidente na prisão barrado na Justiça no ano passado. Segundo conversas reproduzidas pela reportagem, procuradores do MPF envolvidos na Lava Jato reagiram com indignação à decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de autorizar a Folha a entrevistar Lula pouco antes do primeiro turno.

Derrubada no mesmo dia, a permissão só voltaria a ser concedida pela corte neste ano —a colunista do jornal Mônica Bergamo entrevistou o petista em Curitiba em abril.

No dia da decisão favorável, em 2018, a procuradora Laura Tessler escreveu no grupo de membros do MPF: “Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse...”

“Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”, respondeu a procuradora Isabel Groba.

Tessler, na sequência, afirmou: “Uma coletiva antes do segundo turno pode eleger o Haddad”, referindo-se ao candidato que substituiu Lula.

Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu que a Polícia Federal adotasse uma manobra para adiar a entrevista para depois da eleição.

“N tem data. So a pf agendar pra dps das eleicoes”, afirmou.

Em outra mensagem, de 2016, Dallagnol cumprimentou Moro pelo fato de o então

juiz ter sido destaque em manifestações de rua pelo país que pediam a saída de Dilma.

“Seus sinais conduzirão multidões, inclusive para reformas de que o Brasil precisa, nos sistemas político e de justiça criminal”, escreveu o procurador ao juiz.

O magistrado afirmou: “Parabens a todos nós”.

Na sequência, Moro emitiu opinião sobre o momento político do país: “Desconfio muito de nossa capacidade institucional de limpar o congresso. O melhor seria o congresso se autolimpar mas isso não está no horizonte. E não sei se o stf tem força suficiente para processar e condenar tantos”.

As conversas tornadas públicas sugerem ainda dúvidas de membros do MPF quanto à denúncia contra Lula no caso do triplex. Quatro dias antes da apresentação da denúncia da Procuradoria, Dallagnol afirmou em um grupo que tinha receio sobre pontos da peça jurídica, como, por exemplo, a relação entre os desvios na Petrobras e a acusação de enriquecimento.

Procuradores se dizem vítimas de ataque de hacker

OUTRO LADO

A força-tarefa da Lava Jato afirmou em nota que os procuradores “foram vítimas de ação criminosa de um hacker”. “A violação criminosa das comunicações de autoridades constituídas é uma grave e ilícita afronta ao Estado e se coaduna com o objetivo de obstar a continuidade da Operação, expondo a vida dos seus membros e famílias a riscos pessoais”, diz o texto.

A Procuradoria afirma ainda que não sabe a extensão da invasão e que não houve pedido de esclarecimento antes da publicação das reportagens. Sobre o teor dos diálogos, diz que as informações foram tiradas de contexto, o que pode gerar uma interpretação equivocada.

“Vários dos integrantes da força-tarefa de procuradores são amigos próximos e, nesse ambiente, são comuns desabaços e brincadeiras. Muitas conversas, sem o devido contexto, podem dar margem para interpretações equivocadas. A força-tarefa lamenta profundamente.”

A reportagem procurou Sergio Moro, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

O jornalista Glenn Greenwald, fundador e editor do Intercept Brasil, disse à Folha que o site respeitará o direito ao sigilo da fonte que repassou as conversas e que, por isso, não pode detalhar a origem do material.

Ele afirmou ter “absoluto nível de confiança” na veracidade do conteúdo.

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra)

As conversas da Lava Jato

A tese de que Lula não foi julgado dentro da normalidade jurídica ganhou força

O site Intercept Brasil divulgou nesse domingo (9) o conteúdo de mensagens trocadas entre Sergio Moro e procuradores da Lava Jato em momentos-chave da história da operação.

É coisa séria, é coisa grande, e é coisa que deve ter efeitos sobre o diálogo político nacional.

Antes de mais nada, vamos ao que os vazamentos até o momento não mostram (o Intercept Brasil anunciou que há mais material a ser publicado): não há falsificação de provas ou coisas do gênero. Ninguém foi inocentado pelos vazamentos do Intercept.

No geral, as conclusões gerais da Lava Jato sobre como o cartel das empreiteiras financiava todos os grandes partidos políticos continuam de pé.

Mas o quadro que emerge sobre o julgamento de Lula é ruim. Não há nada nos vazamentos que prove que Lula é inocente, mas há sinais fortes de que seu julgamento não foi normal.

Em uma conversa de 7 de dezembro de 2015, Moro deu uma pista relativa ao caso Lula para que Dallagnol investigasse: “Fonte me informou que a pessoa do contato estaria incomodado por ter sido ela solicitada a lavratura de minutas de escrituras para transferência de propriedade de um dos filhos do ex-Presidente”.

Moro era o juiz do caso. Não poderia ajudar nem a defesa nem a acusação.

No episódio em que a entrevista de Lula para a Folha du-

rante a campanha foi censurada pelo STF, procuradores falaram abertamente em passar para outros órgãos de imprensa — em especial o site O Antagonista — um modelo de petição para também participar da entrevista.

A ideia seria “tentar ampliar para outros, para o circo ser menor armado e preparado. Com a chance de, com a possível confusão, não acontecer”.

E, para quem tinha dúvidas, fica claro que não há grande simpatia pelo Partido dos

Trabalhadores na força-tarefa. Em uma conversa, uma pessoa identificada como CarolPGR diz que está rezando para que o PT não volte ao poder, e recebe como resposta de Dallagnol: “reze sim”.

O que fica disso?

Há a possibilidade real do julgamento de Lula ser contestado, e dessa vez com mais razão.

Haverá argumentos jurídicos e pressão política de todos os lados, ninguém pode prever o que vai acontecer, mas o fato é que a tese de que Lula não foi julgado dentro da normalidade jurídica ganhou força.

Se a história for essa mesmo que emerge dos vazamentos, é uma história triste. Sempre votei em Lula, mas não contestei sua prisão nesta coluna. É bem ruim que não tenha sido tratado equanimemente.

O caso da censura à entrevista durante a campanha eleitoral também é péssimo.

O efeito eleitoral da entrevista — uma procuradora chega a dizer “Pode eleger o Haddad” — não deveria ter qualquer efeito na decisão do caso.

Se Lula, como preso, tinha o direito de dar entrevistas — e, baseado no precedente de outros presos, era claro que tinha — seu caso deveria ter sido tratado como o de qualquer outro cidadão.

É uma hora difícil para pedir nuance e equilíbrio, mas vamos lá: a Lava Jato não foi desmoralizada, ninguém foi inocentado.

Mas há bons motivos para suspeitar que não houve equidistância no entusiasmo com que os dois lados da disputa política foram tratados.

O ministro Sergio Moro parece ter cruzado linhas importantes no julgamento de Lula.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

10 JUN 2019

DIA DE CAÇA As reportagens do The Intercept Brasil com bastidores da Lava Jato caiu como uma bomba em Brasília. Na véspera, ministros do STF souberam que haveria um “Wikileaks de Curitiba”, mas sem pistas do potencial das revelações. A aposta é de ampla repercussão internacional.

POR UM FIO Membros do Supremo dizem que o conteúdo das revelações é forte e abre margem para questionar a atuação de Sergio Moro como juiz. Um pedido de suspeição do hoje titular do Ministério da Justiça foi rejeitado por Edson Fachin, mas segue sob análise da Segunda Turma. Dormita nas mãos de Gilmar Mendes, que pediu vista.

ME DÊ MOTIVOS Integrantes do Judiciário dizem que, hoje, as chances de uma indicação de Moro ao STF vingarem são próximas de zero. A indisposição de parte da corte com o titular da Justiça é evidente.

DIGA QUE VALEU Durante o périplo de Paulo Guedes (Economia) pelo STF, na semana passada, um ministro disse a ele que, “se o governo acabar amanhã, vocês já prestaram um grande serviço para o Brasil”. Concluiu explicando que se referia ao fato de Bolsonaro ter feito Moro largar a magistratura para atuar na política.

CAJADADA SÓ Advogados do grupo Prerrogativas vão à OAB para que a entidade peça que a PGR determine o desmonte da Lava Jato, e que o CNJ transforme a aposentadoria de Moro em demissão, para que o ex-juiz perca o direito a vencimentos da magistratura.

TIROTEIO

“ É a prova do que sempre denunciávamos: juiz e procuradores atuaram combinados, com parcialidade e motivações políticas

Da deputada Gleisi Hoffmann (PR), presidente nacional do PT, sobre as reportagens do The Intercept Brasil com bastidores da Lava Jato

10 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Hacker tentou invadir celular de relator da operação no Rio

RIO DE JANEIRO O TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região) afirmou no sábado (8) que hackers tentaram invadir o celular do juiz federal Abel Gomes, relator na segunda instância da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro.

De acordo com o tribunal, o juiz Flávio de Oliveira Lucas, que atuou no gabinete de Abel substituindo-o em período de férias, também foi vítima da tentativa de ataque. As duas ações ocorreram na quarta-feira (5), segundo o TRF-2.

O caso é tratado como uma tentativa porque a Polícia Federal ainda está periciando os aparelhos dos magistrados.

Segundo o tribunal, o hacker tentou acessar dados do celular e a conta no aplicativo de mensagens Telegram dos magistrados.

“Ao perceber a tentativa dos

hackers, o desembargador Abel Gomes acionou a Polícia Federal, que está investigando o caso. Em ofício encaminhado à PF, o magistrado ressaltou que a necessidade de ‘esclarecer o grau de comprometimento desta invasão em meu telefone móvel, sistemas eletrônicos, e na minha vida privada e funcional’”, diz o TRF-2, em nota.

“[Hackers] Tentam um tipo de terrorismo eletrônico, para intimidar autoridades. Querem fazer uma demonstração de força, mostrar que seriam capazes de entrar na vida privada e até funcional das autoridades”, afirmou Abel Gomes, em nota.

O caso ocorreu um dia após a invasão ao celular do ministro da Justiça, Sergio Moro, ex-juiz que atuou na Lava Jato. O ex-juiz federal teve de cancelar a linha. A Polícia Federal in-

vestiga o caso. O setor de tecnologia da pasta também foi acionado para ajudar a apurar de onde o ataque partiu.

O autor da invasão ficou por cerca de seis horas utilizando aplicativos de mensagens de Moro. O ministro recebeu uma ligação por volta das 18h, do seu próprio número, o que estranhou. Ele atendeu, mas não havia ninguém do outro lado da linha.

Segundo Abel, o procedimento de invasão ao celular foi semelhante ao praticado com Moro. A única diferença é que o número do telefone que fez a chamada não era o mesmo do seu.

O juiz federal Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato do Rio na primeira instância, republicou em rede social a nota do TRF-2 sobre o caso e comentou: “A Lava Jato sob ataque?”

10 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PARA POUCOS

O projeto Justa, ferramenta que pretende monitorar o Judiciário brasileiro, aponta que, para cada desembargadora negra, existem 33,5 homens brancos ocupando o mesmo cargo em tribunais do país.

GRÁFICO O levantamento feito pela plataforma também afirma, por exemplo, que “para cada mulher negra no país, há 0,9 homens brancos. Mas para cada juíza negra, há 7,4 juizes brancos”.

ELAS As informações foram coletadas em uma base de dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e mostram que as diferenças entre raças também estão presentes no mesmo gênero: existem apenas 2,1% de desembargadoras negras, contra 15% de brancas.

CHANCES Ainda de acordo com o estudo, homens brancos têm 37,8 vezes mais chances que mulheres negras de se tornarem desembargadores. O número cai para 8,2 para se tornarem juizes.

ESTREIA A Justa foi idealizada pela pesquisadora Luciana Zaffalon e é sediada pelo IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais). O estudo completo será lançado nesta terça (11), em São Paulo.

10 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Privatização na lei

Supremo enfim decide que venda de subsidiárias de estatais não depende de autorização legislativa, o que dá segurança jurídica aos processos de ajuste

Em decisão tomada por expressiva maioria, o Supremo Tribunal Federal removeu os óbices para a venda de subsidiárias de empresas estatais, que não dependerão de aprovação do Congresso e processo formal de licitação.

O julgamento, concluído na quinta-feira (6), referiu-se a ações movidas contra dispositivos da lei das estatais, de 2016. Uma delas já contava com liminar do ministro Ricardo Lewandowski no sentido de que seria necessária prévio aval legislativo para quaisquer alienações.

A tese vencedora foi a de que o artigo 37 da Constituição estipula a necessidade de lei específica para autorizar a criação de empresas públicas ou de economia mista, mas o faz apenas de forma genérica no caso de subsidiárias.

Ou seja, uma vez autorizada a criação da companhia-mãe, e havendo na mesma lei a permissão para subsidiárias, caberá ao Executivo decidir quais, se e quando serão efetivamente criadas —na medida em que é sua prerrogativa dispor sobre a organização e o funcionamento da administração.

Assim, por simetria, também seria desnecessária autorização legislativa para a venda de subsidiária.

A maioria dos ministros também entendeu ser dispensada a licitação no caso de alienação de ações, conforme lei existente, restando a exigência genérica de haver com-

petição de modo a resguardar os princípios da impessoalidade e eficiência na gestão pública.

Ficou definida, entretanto, a necessidade de autorização legislativa e procedimento licitatório para a venda do controle das matrizes, incluindo não apenas Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, mas todas as 46 estatais de propriedade direta da União.

O ministro Edson Fachin revogou, logo após o julgamento, sua liminar contra a venda da TAG, uma transportadora de gás da Petrobrás. Esta pode agora concluir a transação, fixada em aproximadamente R\$ 34 bilhões.

Fica novamente aberto o caminho para a reorganização societária da gigante petroleira. Tal programa é importante não apenas para a saúde financeira da companhia, mas também por permitir maior competição em setores fundamentais como distribuição de gás e refino de petróleo.

Entre idas e vindas, e não sem doses de casuísmo na interpretação constitucional, consolidou-se no Supremo um entendimento mais claro a reforçar a segurança jurídica do processo de privatização.

Ainda que tenham permanecido obstáculos no caso das empresas principais, a liberdade concedida ao Executivo no caso das subsidiárias abre uma via importante para viabilizar novos investimentos.

09 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça do Trabalho condena Igreja Universal por esterilização de pastores

No caso mais recente, TRT de São Paulo impôs indenização de R\$ 115 mil; instituição nega prática

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO A Igreja Universal do Reino de Deus responde a ações judiciais movidas por ex-pastores que afirmam ter sido forçados ou pressionados pela instituição religiosa a fazer vasectomia.

A prática, segundo eles contam, garante o ingresso, a permanência ou a ascensão nos quadros da igreja.

As alegações e os relatos dos religiosos são similares. Eles apontam a esterilização como uma espécie de política de recursos humanos.

Sem filhos, os ex-pastores dizem que teriam mais disponibilidade para mudar de cidade a mando da igreja, uma vez que a instituição custeia a família dos religiosos.

A Universal nega que imponha a vasectomia, diz que saiu vencedora de processos ajuizados contra a igreja e afirma que estimula o planejamento familiar dos casais.

Processos são movidos na Justiça do Trabalho, na qual a Universal já foi condenada em primeira e segunda instâncias em diferentes casos. Há, ainda, uma condenação no TST (Tribunal Superior do Trabalho).

No caso mais recente apreciado pela Justiça, o TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo) condenou a Universal, em segunda instância, a pagar R\$ 115 mil em indenização por danos morais

e materiais ao ex-pastor Clarindo de Oliveira, 44.

Ele prestou serviços à instituição religiosa entre 1994 e 2010 em templos no Brasil e em Honduras.

Na decisão publicada em 7 de maio deste ano, a relatora do caso, desembargadora Silvana Ariano, disse que há a confirmação da "prática de imposição de vasectomia" pela Universal.

A magistrada destacou o relato de um ex-pastor da instituição que foi testemunha de Oliveira. Segundo ele, "para permanecer na igreja [o pastor] tinha de fazer vasectomia".

Para ela, a imposição da esterilização "se constitui em grave violação ao direito do trabalhador ao livre controle sobre seu corpo e em indevida intromissão do empregador na vida do trabalhador".

Participaram do julgamento na 15ª Turma do TRT-2 as desembargadoras Maria Inês Ré Soriano e Magda Aparecida Kersul de Brito. Em julgamento de recurso em 25 de abril, o tribunal reverteu decisão de primeira instância que impunha derrota ao ex-pastor.

A igreja já apresentou embargos de declaração, espécie de recurso que questiona eventuais obscuridades ou omissões do tribunal.

A Folha Oliveira contou que virou pastor aos 18 anos de idade. "Antes mesmo de completar os 19, quando tinha

acabado de me casar, disseram que eu deveria fazer vasectomia, tinha de renunciar [à possibilidade de ter filhos] para fazer a obra [trabalho na igreja]."

Quando a cirurgia foi feita, em São Paulo, a orientação dos superiores foi a de não relatar o procedimento à família em um primeiro momento, segundo ele.

CONTINUA

09 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“A intenção [de solicitar a operação], eu percebi depois, era impedir que o pastor fique preso em uma cidade por filhos, além de evitar ter despesas a mais com a família”, disse. Segundo Oliveira, a prática é disseminada na Universal.

Ele relatou ainda que tinha metas financeiras de arrecadação e que, se elas não fossem batidas, havia punições.

“Você era retirado da sua igreja e mandado para outra, tinha salário rebaixado, era colocado em uma casa pior.”

Oliveira disse que, em seus últimos tempos como religioso da Universal, teve a renda reduzida de R\$ 4.000 para R\$ 2.000.

As desembargadoras reconheceram o rebaixamento salarial e ordenaram a reposição, com correção monetária.

Elas ainda atestaram o vínculo empregatício e determinaram que a igreja pague férias atrasadas, parcelas de 13º salários atrasados e horas extras a Oliveira.

O religioso, segundo o acórdão, “comprovou a existência de metas econômicas a serem atingidas, bem como a onerosidade pelo pagamento de salário, o exercício de poder disciplinar pela imposição de punições” em sua função.

A **Folha** a Igreja Universal afirmou que condenações são exceção nos processos movidos contra a igreja (leia mais nesta página).

Histórias como a de Oliveira chegaram a pelo menos cinco Tribunais Regionais do Trabalho, segundo levantamento feito pela **Folha**. O TRTs atuam em julgamentos de segunda instância, onde são anali-

sados recursos.

O TRT-3 (Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais), por exemplo, elevou em 2% indenização de R\$ 150 mil que a Universal deverá pagar a um ex-pastor por dano moral e à personalidade. O caso foi julgado em abril do ano passado.

O homem, segundo a decisão, provou que foi obrigado a se submeter a uma vasectomia em 2003. O tribunal aumentou a pena por entender que os recursos da instituição religiosa eram protelatórios.

Em 2014, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) já havia condenado a Universal a indenizar um religioso que se submeteu a vasectomia com a promessa de ascender ao cargo de bispo.

Relatos de pastores que passaram pelo procedimento são ainda base de uma ação civil pública movida pelo MPT (Ministério Público do Trabalho) desde 2016 contra a Universal no Rio de Janeiro.

O processo apura a suposta prática de vasectomia forçada na instituição em todo o país e pede que os ex-pastores sejam reconhecidos como funcionários da igreja.

Foram levantados pelo MPT mais de 150 processos trabalhistas ajuizados contra a instituição religiosa só no Rio de Janeiro, além de depoimentos de supostas infrações trabalhistas.

A Procuradoria recebeu, ainda, material de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais.

O caso aguarda a realização de uma audiência com testemunhas do MPT e da Universal para ser julgado em primeira instância.

VÍNCULO DE EMPREGO EM ATIVIDADES RELIGIOSAS

A Justiça geralmente entende que funções religiosas são voluntárias e, por isso, não geram vínculo de trabalho

Há fatores, porém, que podem caracterizar emprego:

Habitualidade
Rotina de horários, com comparecimento por ao menos duas vezes na semana

Onerosidade
Recebimento de salário ou contraprestação financeira mensal

Subordinação
Há hierarquia, regras preestabelecidas e superior com poder de aplicar punições

Pessoalidade
Pessoa não pode ser substituída em compromissos

Nem todas as ações listadas no processo acusam a Universal de ter obrigado os pastores a passar por esterilização, mas a Procuradoria entende que há provas suficientes para pedir uma indenização coletiva à igreja. O valor total reivindicado é de R\$ 100 milhões.

A advogada de Clarindo de Oliveira, Márcia Cajaíba, disse que representa ao menos outros 80 ex-pastores em processos similares por supostas vasectomias forçadas.

As ações de Cajaíba correm na Justiça trabalhista.

A advogada enviou ao MPT o que chama de provas de 52 casos de ex-pastores que alegam ter sido compelidos a fazer o procedimento pela Igreja Universal.

O material consta dos autos da ação civil pública que corre no Rio de Janeiro, confirmou à **Folha** a procuradora do trabalho responsável pelas investigações, Valdenice Amália Furtado.

Um dos nomes da lista é o de Marcelo Hermenegildo, 41, que foi pastor da Universal por 15 anos, até 2013.

“Desde o início fui pressionado [a fazer a esterilização]. Resisti e tive uma filha um ano e meio depois de ter virado pastor. A partir daí, sofri discriminação e chacota”, disse ele à reportagem

“Ter filho na igreja é quase que um crime, eu sofri muito. Saí porque era muito humilhado. Em toda cidade para a qual fui transferido, me diziam que eu não deveria ter tido filho”, contou Hermenegildo.

“Chegaram a marcar reuniões com minha filha e dizer que o pai não crescia na igreja por causa dela.”

CONTINUA

Universal nega prática e diz que condenações são exceção entre processos

Igreja rebate as acusações de ex-pastores, afirma que é mentira a imposição de metas financeiras e diz estimular o planejamento familiar

OUTROLADO

SÃO PAULO A Igreja Universal do Reino de Deus negou as acusações de seus ex-pastores na Justiça do Trabalho, afirmou que os processos são exceção e que tem obtido vitórias na maioria das ações movidas pelos religiosos.

A igreja disse que “a acusação de imposição de vasectomia é facilmente desmentida pelo fato de que muitos bispos e pastores [...], em todos os níveis de hierarquia da igreja, têm filhos”.

“Nessa condição, são mais de 3.000 filhos naturais de membros do corpo eclesial da igreja”, disse a Universal, em nota.

A instituição afirmou que “estimula o planejamento familiar, debatido de forma responsável por cada casal. Como, aliás, está previsto em nossa Constituição Federal”.

Sobre as afirmações de ex-pastores de que há penalidade ou coação a quem se recusa a se esterilizar, a igreja disse que “se trata de uma mentira”.

“Há bispos e pastores da Universal com filhos naturais, ocupando posições hierárquicas da igreja em todos os níveis”, frisou.

A Universal disse também que a condenação mais recente sofrida pela igreja, bem como as outras citadas na reportagem, “são exceções”.

“Os pedidos de vínculo empregatício e de indenizações por dano moral em decorrência de vasectomia têm sido negados pela Justiça do Tra-

balho”, afirmou a instituição.

A igreja enviou à reportagem 13 sentenças e acórdãos — decisões de primeira e segunda instâncias — emitidos desde 2018 que são favoráveis à Universal. São todas decisões da Justiça do Trabalho.

A maioria — nove delas — é formada por decisões do TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo), mesmo órgão que condenou a igreja, em abril deste ano, a pagar R\$ 115 mil de indenização a Clarindo de Oliveira, 44.

Há, ainda, uma decisão do TST, uma do TRT-15 (Campinas e interior de São Paulo), uma do TRT-7 (Ceará) e uma do TRT-18 (Goiás).

Cinco delas, contudo, não mencionam diretamente vasectomia ou esterilização. Dessas, quatro citam pedidos de indenização por danos morais ou materiais.

A Igreja Universal também negou as acusações dos ex-pastores de que eram coagidos a bater metas de arrecadação financeira.

“É mentira que a Universal estabeleça ‘metas para arrecadação’, pois será sempre impossível saber quantas pessoas comparecerão aos cultos, ou [nem] sequer o valor das ofertas que serão entregues, uma vez que a doação é voluntária e praticada apenas por quem segue os ensinamentos da Bíblia”, afirmou.

“Da mesma forma, não existe ‘salário’ pago a bispos e pastores. Eles sobrevivem com uma ajuda de custo para seu

“

Os pedidos de vínculo empregatício e de indenizações por dano moral em decorrência de vasectomia têm sido negados pela Justiça do Trabalho

É mentira que a Universal estabeleça ‘metas para arrecadação’, pois será sempre impossível saber quantas pessoas comparecerão aos cultos

Igreja Universal do Reino de Deus em nota

sustento. De acordo com as leis brasileiras, a atividade pastoral não é um emprego, mas uma vocação”, afirmou.

A igreja também refutou a ação civil pública movida pelo MPT (Ministério Público do Trabalho) no Rio de Janeiro.

A Procuradoria pede que seja reconhecido o vínculo de trabalho de todos os pastores da Universal e indenização de R\$ 100 milhões para reparar danos causados por supostas esterilizações forçadas.

“A Universal tem em seu corpo eclesial bispos e pastores com filhos naturais, em todas as posições hierárquicas”, afirmou, mais uma vez.

Na nota, a Universal citou, ainda, trechos de um texto do colunista Hélio Schwartsman publicado na Folha em 2016 sobre a ação da Procuradoria.

“O Ministério Público do Trabalho investiga a Igreja Universal por supostamente obrigar seus pastores e bispos a se submeterem a uma vasectomia para ser contratados. A Universal nega a acusação.”

“Suponhamos, porém, que seja verdade. Há um problema ético aí? A Igreja Católica exige de seus padres que façam o voto de castidade para obter o emprego. A vasectomia e a castidade têm o mesmo resultado — a ausência de filhos —, mas a primeira exige menos esforços. De qualquer forma, não se tem notícia de procuradores investigando o Vaticano”, escreveu o colunista.

Ivan Martínez-Vargas

09 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça da BA suspende bloqueio de verbas do MEC nas universidades

SÃO PAULO | UOL A juíza federal Renata Almeida de Moura Isaac, da 7ª Vara Federal, em Salvador, suspendeu os bloqueios orçamentários realizados pelo MEC (Ministério da Educação) sobre as verbas destinadas às universidades federais.

Em sua decisão, publicada na noite de sexta-feira (7), ela apontou para os riscos de paralisação das atividades das instituições de ensino, o que, na sua visão, “implicará em ofensa ao princípio da vedação ao retrocesso social”. A juíza fixou ao MEC multa de R\$ 100 xmil por dia caso a decisão não seja cumprida em 24 horas. O governo pode recorrer.

Renata Almeida analisou oito ações, uma delas movida pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

A magistrada destacou a afirmação do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que pretendia cortar recursos de universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e “estiverem promo-

vendo balbúrdia em seus campus”.

Na ocasião, o ministro destacou que três universidades já foram enquadradas nesses critérios e tiveram repasses reduzidos: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originariamente destinadas à UnB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores Universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas”, afirmou a magistrada em sua decisão.

Pouco tempo depois dessa declaração, o MEC disse que o contingenciamento se estenderia a todas as universidades públicas.

Sobre a decisão de agora, o Ministério da Educação diz que ainda não foi notificado.

09 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Juiz do DF nega pedido de ministro do Turismo para censurar a Folha

BRASÍLIA O juiz José Rodrigues Chaveiro Filho, da 9ª Vara Cível de Brasília, julgou improcedente a ação do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antonio, para censurar reportagens da Folha sobre o envolvimento dele com um esquema de candidaturas laranjas do PSL.

Na sentença, do dia 5 de junho, o magistrado negou os pedidos para retirada das reportagens do ar e para ser indenizado em R\$ 100 mil por danos morais. Cabe recurso.

Segundo o juiz, "as publicações não possuem indevido caráter depreciativo da honra do promovente, tampouco ofende qualquer outro direito inerente".

A Justiça do DF já havia negado em fevereiro um pedido liminar, nesta ação, para censurar o jornal.

Reportagem da Folha publicada em 4 de fevereiro revelou que Álvaro Antônio, deputado federal mais votado em Minas, patrocinou um esquema de quatro candidaturas de laranjas, todas abastecidas com verba pública do PSL nas eleições passadas. Uma série de reporta-

gens mostrou nomes de candidatas laranjas e elementos que apontam a ligação de ministro e assessores dele com o caso. Álvaro Antônio presidia o PSL em Minas e tinha poder de decidir quais candidaturas seriam lançadas. O Ministério Público e a Polícia Federal abriram investigação, ainda em andamento.

O juiz Chaveiro Filho afirma que o material publicado pela Folha "consubstancia exercício do direito fundamental à livre manifestação do pensamento à liberdade de imprensa, ainda que descreva fatos graves supostamente praticados" pelo ministro.

"As reportagens, pelo que se extrai dos autos, não contêm potencialidade para caracterizar ato ilícito. Muito embora contundentes, as informações jornalísticas veiculadas, de interesse público, possuem respaldó, não sendo possível extrair o defendido e deliberado interesse de macular a honra", diz a decisão.

Para a defesa de Álvaro Antônio, as reportagens pretendiam "ofender, insultar e afrontar a honra" dele.

PAINEL

FILA O gabinete do relator da Lava Jato no TRF-4, João Pedro Gebran Neto, tem pelo menos cinco processos para analisar antes do caso de Lula sobre o sítio de Atibaia (SP).

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

O Judiciário está vitimizando Lula

O bom futebol, assim como a Justiça, não precisa de gols marcados com a mão ou com a ajuda de Deus

Uma banda do PT acreditava que a campanha Lula Livre mobilizaria multidões. Isso não aconteceu e a libertação de "Nosso Guia" depende do Judiciário. Só os magistrados sabem como lidarão com o reconhecimento, pelo Ministério Público, de que ele tem direito ao regime semiaberto. A onipotência da toga está construindo o pedestal da vitimização do ex-presidente.

Deixando-se de lado questões como a propriedade do apartamento de Guarujá (SP) e do sítio de Atibaia (SP), a cegueira da Justiça varreu para baixo do tapete pelo menos quatro casos em que os juízes, como Maradona, recorreram à "mão de Deus" para ajeitar a bola.

O repórter Wálter Nunes revelou que em 2016 o juiz Sergio Moro mandou interceptar os telefones do escritório dos advogados de Lula e disso resultaram relatórios sobre pelo menos 14 horas de conversas. Gravar advogados é crime. Moro justificou-se informando que não sabia que o número grampeado era dos advogados, pois supunha que fosse de uma empresa de palestras. Vá lá, mas a Polícia Federal diz que o grampo foi colocado porque suspeitava-se de um dos advogados do escritório, talvez metido com crimes. As duas versões não batem.

Um ano antes, Moro divulgou impropriamente o grampo de uma conversa de Lula com a então presidente Dilma Rousseff. Sua conduta foi condenada pelo ministro Teori Zavascki, do STF, e ele justificou-se com um pedido de "escusas". Acrescentou que "jamais

foi a intenção desse julgador (...) provocar polêmicas, conflitos ou provocar constrangimentos". Acreditou quem quis.

No ano passado, no fragor da campanha eleitoral, Moro divulgou um anexo de conteúdo inconclusivo e jamais investigado da delação premiada do ex-ministro Antonio Palocci à Polícia Federal.

A esses momentos em que a "mão de Deus" ajudou Moro, some-se a sentença na qual a juíza Gabriela Hardt condenou Lula no caso do sítio de Atibaia copiando e colando um texto que se referia a um "apartamento". A doutora justificou-se dizendo que a prática é comum. Pode ser, mas quem copia e cola um texto alheio fica na obrigação de lê-lo antes de assiná-lo. Isso ela não fez.

Sempre haverá quem diga que esses cacos são detalhes menos relevantes diante do tamanho do serviço que a Lava Jato prestou ao país. Afinal, minutos depois de marcar 1x0 contra a Inglaterra, Maradona fez um dos maiores gols da história do futebol, atravessando todo o campo dos ingleses. Mesmo assim, o bom futebol não precisa de gols marcados com a mão nem com a ajuda de Deus.

Raquel cacifou-se

Da condição de vetada por Bolsonaro, Raquel Dodge passou a ser a favorita na disputa pela Procuradoria-Geral da República.

O Ministério Público estilhaçou-se de tal forma que Dodge transformou-se num poderoso mínimo múltiplo comum.

Moro na fritura

O ministro Sergio Moro está na frigideira.

Entrou nela porque:

Bolsonaro acredita que ele é candidato a presidente.

O ministro acha que sua espartezza é tamanha que pode ser contra e a favor de medidas apresentadas pelo Planalto.

Aparece onde não deve (em Lisboa) e não aparece onde deve (nas bolas divididas de Brasília).

Esses motivos podem parecer insuficientes, mas uma cena demonstra que ele está fora da fotografia.

Quem se lembra do café da manhã de Bolsonaro com os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo sabe que à mesa estavam sucos, pães e os ministros da Casa Civil, da Fazenda e da Segurança Institucional. O ministro da Justiça não estava na mesa.

Ele ficou fora de todas as conversas sobre esse pacto em torno de sabe-se lá o quê.

É provável que Moro seja mandado para o Supremo. A questão é saber se ele fica (ou aguenta ficar) no ministério até novembro do ano que vem, quando surgirá a primeira vaga.

Segunda instância

A Câmara poderá votar ainda este ano a manutenção da prisão para os condenados em segunda instância.

Seriam criadas algumas válvulas. Uma delas seria a possibilidade de apreciação de recursos cautelares pelo Superior Tribunal de Justiça.

09 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

A má influência

BRASÍLIA Em fevereiro, um agricultor disparou um tiro por acidente dentro de casa, no interior de São Paulo. Chamada pelos vizinhos, a polícia descobriu que sua carabina não tinha registro. Quando foi ouvido pelo juiz, ele disse que não sabia da necessidade de documentação, "pois o Bolsonaro tinha dito que pessoas de bem poderiam ter uma arma".

Talvez o homem estivesse só tentando inventar uma boa desculpa para o crime. De todo modo, ele pode até acusar o presidente de fazer propaganda enganosa.

Bolsonaro mantém no governo a retórica de que tudo pode ser resolvido num passe de mágica. Para cada problema que enxerga, oferece uma resposta que não mede detalhes nem consequências. A má influência estimula uma cultura do vale-tudo e de desrespeito às leis.

Aquele agricultor paulista comprou uma carabina do sobrinho 20 dias depois que Bolsonaro assinou seu primeiro decreto para flexibilizar a posse de armas. "Sem muita informação, ele acreditou na TV e

achou que, como é uma pessoa de bem, poderia comprar uma arma assim mesmo", disse o advogado do homem à BBC, que noticiou o caso.

Não se pode culpar Bolsonaro diretamente pelo comportamento de cada brasileiro, é claro, mas sua conduta irresponsável no cargo abre caminho para um mundo simplista.

O próprio presidente incentiva a desobediência. Sua campanha para afrouxar leis de trânsito arrepiou até deputados. "Por ser um homem que comanda a nação, a palavra dele tem impacto. Quando ele fala, as pessoas podem compreender que já é lei", disse à Folha Christiane Yared (PL), que perdeu o filho num acidente.

O discurso impulsiona desde motoristas que aceleram em estradas sem radares até madeiros que desmatam sob a perspectiva de um novo tempo no meio ambiente.

É difícil acreditar que um presidente que usou a comunicação para se eleger não conheça o peso de suas palavras. É mais provável que Bolsonaro simplesmente não se importe com os efeitos daquilo que diz.



08 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Após paralisia do caso vir à tona, juiz deixa processo de atos secretos do Senado

Ney Bello Filho tomou decisão de liberar ação a outro magistrado um dia depois de a Folha revelar que escândalo está travado desde 2015

Leandro Colon

BRASÍLIA O juiz federal Ney Bello Filho, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, decidiu nesta sexta-feira (7) se declarar impedido de julgar o caso do escândalo dos atos secretos do Senado, que completa dez anos nesta semana.

A decisão ocorre depois de a Folha revelar nesta sexta-feira que o julgamento em segunda instância aguarda um desfecho há quatro anos. O caso corre no gabinete de Ney Bello Filho desde março de 2015.

O magistrado fez carreira no Maranhão, seu estado natal e reduto político do ex-senador José Sarney (MDB), presidente do Senado na época da revelação dos boletins sigilosos, usados para nomeações e concessão de privilégios. Sarney foi o pivô da crise que atingiu a Casa em 2009.

O juiz federal foi escolhido para o TRF-1 por meio de uma lista tríplice enviada em 2013 à então presidente Dilma Rousseff (PT), aliada de Sarney, e contou na ocasião com o apoio do grupo político do ex-presidente. O ex-senador e o magistrado são confrades na Academia Maranhense de Letras.

Em ofício ao tribunal nesta sexta-feira, o magistrado informou que tomou a decisão de não julgar o caso após verificar a existência da nomeação de um parente dele no

Senado por meio de um boletim administrativo de 2006.

No documento assinado nesta sexta, Ney Bello Filho informa que o processo pode ser julgado no dia 18 de junho sob a relatoria de outro magistrado.

Em outubro de 2014, a Justiça Federal de primeira instância condenou dois ex-diretores do Senado, Agaciel Maia e João Carlos Zoghbi, e outro servidor da Casa, Franklin Pães Landim, por improbidade administrativa, com suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa.

Agaciel chegou ao cargo de diretor-geral pelas mãos de Sarney em 1995. Saiu em março de 2009 após a Folha revelar que ele ocultou uma manobra em Brasília.

Ele é apontado na ação dos atos secretos como o “mandante do esquema” que favoreceu parentes de senadores, por 15 anos, incluindo o próprio ex-presidente. A sentença, assinada pelo juiz Jamil Oliveira, afirma que “de tudo quanto se produziu de prova, tem-se a plena e irrefutável convicção do esquema montado pelos réus”.

De acordo com o Ministério Público Federal, houve uma “operação de concerto criminoso” para “ocultar de forma dolosa e dissimulada” a publicação dos atos.

O processo subiu para a segunda instância, e a Procuradoria defendeu, em parecer, a manutenção da sentença.

Desde então, o caso está parado. São quatro anos sem julgamento. O processo foi inserido e retirado de pauta da terceira turma do TRF-1 (presidida por Ney Bello e composta por mais dois juizes) três vezes de lá para cá.

A ação retornou na terça (4) para pauta de julgamento, um dia depois de a Folha questionar o gabinete do juiz federal.

Procurado pela reportagem, o juiz não mencionou nenhum impedimento e argumentou que o processo segue um “fluxo normal” para ser apreciado diante do alto volume de ações. Ele negou qualquer influência de Sarney na morosidade.

Agaciel Maia foi condenado por improbidade em 2014, incluindo a suspensão dos direitos políticos por oito anos.

Nas eleições passadas, ele foi reeleito deputado distrital (no Distrito Federal) pelo PR. Se a condenação tivesse sido ratificada pelo colegiado de segunda instância antes da eleição, ele seria enquadrado na Lei de Ficha Limpa e impedido de concorrer.

O escândalo dos atos secretos levou à maior crise administrativa da história do Senado. Uma sindicância interna identificou em 2009 a existência de 663 boletins usados clandestinamente para nomear parentes de servidores e senadores e criar cargos, benefícios e privilégios. Uma auditoria da Fundação Getúlio Vargas também apontou que medidas não foram publicadas.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 08 JUN 2019

CONTINUAÇÃO

Os boletins foram revelados pelo jornal O Estado de S. Paulo em 10 de junho daquele ano.

Em entrevista exclusiva à Folha, Franklin Paes Landim, chefe do serviço de publicação do boletim de pessoal do Senado, confirmou o esquema e afirmou que recebia ordens de Agaciel e de João Carlos Zoghbi, ex-diretor de Recursos Humanos.

A crise política quase culminou, à época, na queda de Sarney da presidência do Senado. Com o apoio do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o emedebista conseguiu barrar pedidos de investigação no Conselho de Ética, além de segurar a pressão para que renunciasse.

O namorado de uma neta de Sarney chegou a ser nomeado por ato secreto. Revelou-se ainda que um neto do político operou a venda de crédito consignado na Casa.

O Ministério Público Federal abriu investigação e denunciou em 2010 a cúpula administrativa da Casa.

O processo aponta que Maia agiu "deliberadamente" no sentido de ocultar as medidas, causando "prejuízos à moralidade administrativa", "motivo de escândalo em todo o país", "contribuindo decisivamente para conferir mais descrédito a instituição legislativa a que devia lealdade".

O juiz federal Ney Bello Filho disse à reportagem que jamais recebeu apelo de José Sarney ou dos outros réus para segurar o processo. "Nunca ninguém falou comigo", disse.

Ele ressaltou desconhecer a influência do ex-senador na sua escolha por Dilma em 2013.

Sarney afirmou, por meio da assessoria, que "tem apenas relação cordial com o juiz federal". Agaciel Maia disse que não foi encontrada nenhuma ilegalidade nos atos, não tendo havido, segundo ele, dano ao interesse público. Ele diz que não há provas contra ele.

João Carlos Zoghbi afirmou que não há prova de que ele tenha agido em conluio com Maia. O servidor Franklin Paes Landim argumentou que a

competência para a publicação dos atos era da direção-geral do Senado e que não houve dolo de sua parte.

Entenda o caso dos atos secretos

O que foi

Em 2009, foi descoberta a existência de um esquema de edição de 660 boletins administrativos secretos para nomeações e benefícios de servidores e concessão de privilégios a senadores. Os atos eram assinados, mas jamais publicados

Crise política

O episódio foi o auge da maior crise administrativa do Senado, então presidido por José Sarney (MDB-AP). O principal personagem, o ex-diretor-geral Agaciel Maia, era seu homem de confiança e ocupava o cargo desde 1995. O namorado de uma neta de Sarney, por exemplo, foi nomeado por ato secreto para um cargo

Apuração interna

Os atos foram identificados por uma sindicância interna de três servidores da Casa e revelados pelo jornal O Estado de S. Paulo em 10.jun.2009

Acusação

Em entrevista exclusiva à **Folha** na época, o chefe do serviço de publicação do boletim de pessoal do Senado, Franklin Albuquerque Paes Landim, confirmou o esquema e acusou Agaciel Maia de ser o líder. Agaciel havia deixado o cargo após a **Folha** revelar que ele escondeu da Justiça uma casa avaliada em cerca de R\$ 5 milhões

Denúncia e condenação

O Ministério Público Federal abriu investigação e denunciou Agaciel, Landim e João Carlos Zoghbi, ex-diretor de RH. Em outubro de 2014, eles foram condenados em primeira instância por improbidade administrativa e perda dos direitos políticos. Desde 2015, o processo está parado no gabinete do juiz federal Ney Bello Filho, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

08 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

OAB diz ser grave grampear advogados de Lula

Wálter Nunes

SÃO PAULO A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) classificou de “grave episódio” a informação divulgada pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre relatórios da Lava Jato feitos a partir da interceptação telefônica do escritório de advocacia representante do petista.

Na quinta (6) a Folha mostrou que a maior aposta da defesa de Lula no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar anular a condenação no caso do tríplex de Guarujá (SP) se baseia no relato de que a Lava Jato produziu relatórios que detalharam ao menos 14 horas de conversas entre os advogados, em afronta à legislação.

A OAB disse, em nota, que acompanha esse “grave episódio que indica que diálogos entre os advogados e seu cliente, além de ilegalmente interceptados, teriam dado origem a relatórios” no processo.

“O sigilo das conversas entre defensor e seu cliente é protegido por lei e sua violação por qualquer meio é ilegal, além de significar um ataque ao direito de defesa e às prerrogativas dos advogados”, afirmou a entidade.

A ação de Lula no STF foi ingressada em 2018, tem como ponto central relato do advogado Pedro Henrique Viana Martinez. O defensor não faz mais parte da equipe contratada pelo petista, mas diz ter visto na 13ª Vara Federal de Curitiba os relatórios produzidos a partir das interceptações telefônicas do ramal-tronco do escritório Teixeira Martins & Advogados, responsável pela defesa técnica de Lula.

Era na 13ª Vara que atuava o então juiz e hoje ministro Sergio Moro (Justiça).

“

O sigilo das conversas entre defensor e seu cliente é protegido por lei e sua violação por qualquer meio é ilegal, além de significar um ataque ao direito de defesa e às prerrogativas dos advogados

OAB

em nota sobre o relato de que advogados da defesa de Lula tiveram conversas gravadas e disponibilizadas em processo contra o ex-presidente

Segundo Martinez, cerca de 14 horas foram captadas diretamente do ramal-tronco do escritório Teixeira Martins & Advogados. O advogado descreveu em um documento aquilo que encontrou. “Cada ligação era separadamente identificada, sendo possível visualizar número de origem e destino da chamada, bem como a sua duração. Com um clique, era possível ouvir cada áudio interceptado”, disse.

“As listas contavam, ainda, com uma última coluna. Em tal coluna estavam inseridos comentários de análise realizada por agentes da Polícia Federal”, completou. “Ou seja, com certeza tais chamadas telefônicas foram analisadas por agentes da Polícia Federal.”

Entre os exemplos registrados em relatórios estavam conversas entre os advogados Cristiano Zanin e Roberto Teixeira e também com Nilo Batista a respeito de estratégias jurídicas a serem adotadas.

O monitoramento do escritório já estava vigente quando Lula foi levado em condução coercitiva para prestar depoimento, por ordem de Moro, em 4 de março de 2016.

A decisão de Moro de grampear os advogados de Lula foi questionada pelo ministro Teori Zavascki, do STF, morto em janeiro de 2017. Moro respondeu que houve equívoco dos procuradores da Lava Jato, que teriam identificado a linha como sendo da empresa de palestras do ex-presidente.

A defesa de Lula usa dois comunicados da empresa de telefonia responsável pelas linhas como prova de que Moro foi informado de que era um escritório de advocacia.

O material da gravação foi parar no STF porque, entre os diálogos, havia conversas de Lula com a presidente Dilma. Após o impeachment, o material voltou para Moro, na primeira instância da Justiça.

Apesar de admitir erro, Moro não destruiu os áudios das conversas entre os advogados e deu acesso do material a outras pessoas que faziam parte do processo. O material com grampo considerado ilegal só foi inutilizado em março de 2018, após decisão do juiz João Pedro Gebran Neto, relator da Lava Jato no TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região).

Moro também pediu interceptação telefônica no celular do advogado Roberto Teixeira, sócio da banca Teixeira, Martins & Advogados e compadre de Lula. Na ocasião, porém, a justificativa foi a de que Teixeira era suspeito de crime no caso do sítio de Atibaia. O advogado foi condenado neste caso a 2 anos de prisão por lavagem de dinheiro.

CONTINUA

08 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A OAB disse que em 2016, quando revelada a interceptação, solicitou a Teori que "decretasse sigilo e posterior destruição das conversas tanto do celular do advogado Roberto Teixeira quanto do telefone do escritório". E, em 2017, pediu para ingressar no processo em que Teixeira, Martins & Advogados pedia ao TRF-4 a destruição dos áudios.

08 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça encerra processo contra Bolsonaro sob acusação de racismo

Ana Luiza Albuquerque

RIO DE JANEIRO O processo ao qual o presidente Jair Bolsonaro (PSL) respondia na Justiça Federal do Rio por declarações ofensivas a negros e quilombolas foi encerrado pelo TRF-2 (Tribunal Regional Federal) no dia 15 de maio.

Em outubro de 2017, Bolsonaro chegou a ser condenado em processo na primeira instância a pagar multa de R\$ 50 mil por declarações que havia proferido em abril do mesmo ano.

Na ocasião, em palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, o então deputado federal declarou que havia visitado um quilombo em Eldorado Paulista e que “o afrodescendente mais leve pesava sete arrobas”. “Nem para procriador eles servem mais”, afirmou.

Em setembro do ano passado, porém, o TRF-2 reverteu a decisão da primeira instância, livrando Jair Bolsonaro da condenação. O tribunal seguiu o entendimento de que os parlamentares são invioláveis por suas opiniões e palavras.

“A Constituição democrática de 1988 expressamente garantiu aos parlamentares eleitos pelo voto popular o direito de se manifestarem livremente, no exercício de seus mandatos, mediante a certeza de sua inviolabilidade, o que exclui a possibilidade de responsabilização civil ou penal de tais indivíduos por possíveis palavras ofensivas dirigidas a

peças ou grupos no bojo dos discursos por eles proferidos, no exercício de seus mandatos e na defesa de suas convicções políticas”, escreveu o juiz federal Marcelo Pereira da Silva.

Em seguida, o Ministério Público Federal apresentou recurso ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), não admitido pelo vice-presidente do TRF-2.

A Procuradoria decidiu que não apresentaria o agravo diretamente ao STJ e, com isso, transcorrido o prazo legal, o processo transitou em julgado.

Em setembro do ano passado, por três votos a dois, o STF (Supremo Tribunal Federal) já havia rejeitado denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) a respeito do mesmo caso.

PAINEL

MUY AMIGO Apesar do interesse de Paulo Guedes no assunto, dois ex-presidentes do Banco Central afirmam que a criação da moeda única com a Argentina seria péssimo negócio para o Brasil.

MUY AMIGO 2 Os dois especialistas viram no anúncio interesse puramente político —e não do presidente Mauricio Macri. Para um analista experimentado, é Bolsonaro quem tenta se favorecer da polarização na eleição argentina.

PERDEMOS UM ELEMENTO As cúpulas do Congresso e do STF estavam em um jantar em Brasília quando a notícia da moeda única começou a pipocar. O endosso de Guedes à tese desanimou os presentes. Tratado como “a esperança” do time de Bolsonaro, o ministro entrou para o clube dos que devem ter algumas falas solenemente ignoradas, disseram.

Professor da FGV Direito SP, mestre em direito pela Universidade Columbia (EUA) e doutor em ciência política pela USP; autor de "A Batalha dos Poderes"

Retrocesso civilizatório

Esse governo terá enorme dificuldade em formular e fazer avançar políticas de segurança

A vida no Brasil tem se tornando cada vez mais banalizada, especialmente para quem é jovem, negro e vive nos estados do Norte e Nordeste. Foram mais de 65 mil homicídios em 2017, sendo 72% dessas mortes com emprego de armas de fogo. Ultrapassamos, assim, os homicídios ocorridos na Colômbia, país que ainda não superou a guerra às drogas, e México, em que o Estado tem paulatinamente perdido o controle de parte do seu território para o crime organizado.

Atlas da Violência elaborado pelo Ipea, em parceria com Fórum Brasileiro de Segurança, aponta que os homicídios no Brasil não apenas têm crescido ano a ano, como esse crescimento afeta de maneira desigual a vida dos brasileiros.

Enquanto para os brancos o aumento do número de homicídios foi de 3% nos últimos dez anos, para os negros esse aumento foi de 33%. Enquanto no Sudeste houve uma redução de cerca de 3% entre 2007 e 2017, no Nordeste o crescimento foi de 20%. Houve aumento também do número de morte de mulheres dentro de suas próprias casas; e de jovens, entre 15 e 29 anos, que morrem em proporção 2,2 vezes maior que o restante da população.

O avanço da barbárie, que eliminou mais de 2 milhões de pessoas nas últimas décadas, coloca o Brasil numa posição constrangedora em termos de respeito ao direito à vida, ao lado de nações em conflito armado e Estados que faliram. É importantíssimo ressaltar, no

entanto, que tem havido avanços no Sudeste, especialmente em São Paulo, onde a taxa de homicídios não ultrapassa 1/3 da média nacional.

Múltiplos são os fatores que contribuem para o crescimento das taxas de homicídio, que vão da demografia — quanto mais jovens mais homicídios — à iluminação da rua, passando pela existência de crime organizado, a renda disponível para aquisição de drogas, uma política equivocada de drogas, a disponibilidade de armas circulantes, a integridade e eficiência das agências de aplicação da lei, o grau de escolaridade, os padrões de desigualdade ou mesmo a religião.

O que os dados do Atlas demonstram é que em boa parte do país esses fatores têm sido negligenciados pelas autoridades brasileiras ao longo de décadas. Lideranças de direita e esquerda, nas mais variadas esferas de poder, ao deixarem de cumprir suas obrigações, tem contribuído para o aumento dos homicídios.

O atual governo não pode, obviamente, ser responsabilizado por essa catástrofe. Muitas das ideias e propostas que abraça, no entanto, fazem parte do repertório que apenas tem fomentado o crescimento dos homicídios.

A proximidade com milícias, a tolerância com a violência policial e contra mulheres, a sanção de uma nova lei de drogas, que continua criminalizando o consumidor, a adoção de um letal decreto de liberação de armas de fogo, além de uma temerária retórica de desrespeito à lei e aos

direitos das populações mais vulneráveis, partilhada por alguns governadores, em nada contribuirá para reverter a espiral perversa dos homicídios.

A grande contradição é que esse governo terá enorme dificuldade em formular e fazer avançar políticas racionais de segurança e proteção à vida, que têm dado certo em diversos países e mesmo em algumas regiões no Brasil, com uma base de apoio obcecada em promover as piores práticas no campo da segurança pública.

Como sair dessa armadilha é a grande questão, sem o que continuaremos regredindo em termos civilizatórios.

08 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Metade dos eleitores de SP não fez biometria obrigatória

SÃO PAULO DOS 11,6 milhões de eleitores no estado de São Paulo que precisam cadastrar biometria ainda em 2019, pouco mais da metade (50,76%) tem impressões digitais registradas no sistema da Justiça Eleitoral, segundo os dados atualizados até a última quinta-feira (6).

A biometria é obrigatória neste ano em 478 municípios paulistas. Na Grande São Paulo, a lista inclui 15 municípios onde moram mais de 1 milhão de eleitores, mas cerca de 590 mil deles ainda não fizeram o cadastro.

Em 169 desses 478 municípios, o índice de eleitores com biometria cadastrada ainda é menor que 50% — São Caetano do Sul, por exemplo, tem somente 47% dos eleitores com a biometria em dia.

A lista completa de municípios em que a biometria é obrigatória em 2019 está disponível no site do Tri-

bunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). O prazo varia entre 30 de agosto e 19 de dezembro, dependendo da cidade.

Quem mora em um dos municípios de cadastro obrigatório e não fizer a biometria dentro do prazo terá o título cancelado — o que impede o eleitor de tirar passaporte, CPF e carteira de identidade.

O Código Eleitoral também prevê outras penalidades, como a proibição de participar de concursos públicos, impossibilidade receber empréstimos de instituições financeiras públicas ou renovar matrícula no ensino público.

No Brasil, 1.300 municípios de 17 estados foram incluídos no planejamento de biometria em 2019.

O Tribunal Superior Eleitoral espera concluir a revisão biométrica em todo o país até 2022.

Saiba como regularizar a biometria

Como saber se eu preciso fazer a biometria ainda em 2019? A lista dos 478 municípios paulistas em que o cadastro é obrigatório está disponível no site do TRE-SP. Eleitores da cidade de São Paulo não precisam fazer a biometria neste ano, mas o TRE-SP recomenda que realizem o cadastro o quanto antes

Como agendar o atendimento? O agendamento precisa ser feito pelo site do TRE-SP ou no site do Poupatempo

O que preciso levar?

- Documento de identificação oficial
- Comprovante de residência de até três meses
- Título de eleitor, se tiver

O que acontece se eu não regularizar meu título? Quem não resolver as pendências fica impossibilitado de tirar CPF, RG e passaporte. Também não pode assumir cargos públicos, renovar matrícula em instituição de ensino pública, conseguir empréstimos em bancos públicos, dentre outras consequências previstas no Código Eleitoral

O eleitor com mais de 70 anos precisa cadastrar as impressões digitais? Se morar em um dos municípios onde o cadastro é obrigatório e não fizer a biometria, terá o título cancelado. Porém, o voto é facultativo para quem passou dos 70 anos

10 JUN 2019

BEM PARANÁ

Mensagens vazadas revelam que Moro orientou Dallagnol

Conversas foram publicadas pelo Intercept; MPF e Moro não vêem problema

Redação Bem Paraná com informações do Intercept

Conversas secretas no aplicativo Telegram entre o atual ministro da Justiça Sergio Moro e procuradores do Ministério Público Federal do Paraná (MPF-PR), obtidos com exclusividade pelo portal Intercept Brasil e divulgados na noite de ontem, revelam outro lado da Lava Jato. Nos diálogos, que acontecem ao longo de dois anos, o então juiz Moro dá orientações ao procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato, sobre procedimentos na operação. Segundo a publicação, o então juiz antecipou decisões, deu conselhos pistas informais de investigação, como a inversão da ordem de fases da Lava Jato, e até cobrou celeridade da força-tarefa: “Não é muito tempo sem operação?”, questionou após um mês sem deflagração de novas fases. Esse tipo de comunicação é considerada ilegal pela Constituição Brasileira.

As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao Intercept por uma fonte anônima há algumas semanas, segundo o portal, bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que

não houve “captação de conteúdo”.

“Talvez fosse o caso de inverter a ordem da duas planejadas”, sugeriu Moro a Dallagnol, falando sobre fases da investigação. “Não é muito tempo sem operação?”, questionou o atual ministro da Justiça de Jair Bolsonaro após um mês sem que a força-tarefa fosse às ruas. “Não pode cometer esse tipo de erro agora”, repreendeu, se referindo ao que considerou uma falha da Polícia Federal. “Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou então repassando. A fonte é seria”, sugeriu, indicando um caminho para a investigação. “Deveríamos rebater oficialmente?”, perguntou, no plural, em resposta a ataques do Partido dos Trabalhadores contra a Lava Jato.

De acordo com a Constituição Brasileira, a o sistema acusatório no processo penal é composto por duas figuras a do acusador e do julgador, e elas não podem se misturar. Cabe ao juiz analisar de maneira imparcial as alegações de acusação e defesa, sem interesse em qual será o resultado do processo. A atuação coordenada entre o juiz e o Ministério Público por fora de audiências e autos (ou seja, das reuniões e documentos oficiais que compõem um processo) fere o

princípio de imparcialidade previsto na Constituição e no Código de Ética da Magistratura.

Outro lado — Em nota, a força-tarefa da Lava Jato falou em “ataque criminoso” ao lembrar o ataque de hackers ao celular do ministro. Esses procuradores seriam amigos próximos e, “nesse ambiente, são comuns desabafos e brincadeiras”. “Muitas conversas, sem o devido contexto, podem dar margem para interpretações equivocadas. Por fim, “a força-tarefa lamenta profundamente pelo desconforto daqueles que eventualmente tenham se sentido atingidos”. “De todo modo, eventuais críticas feitas pela opinião pública serão recebidas como uma oportunidade para a reflexão e o aperfeiçoamento dos trabalhos da força-tarefa”, completou. Em nota, o ministro Moro afirmou que as mensagens não revelam “qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado”. Ele e o MPF criticaram o site por não tê-los procurado antes da publicação. Segundo o The Intercept, o site não entrou em contato com procuradores e outros envolvidos nas reportagens “para evitar que eles atuassem para impedir sua publicação e porque os documentos falam por si”.

CONTINUA

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

10 JUN 2019

CONVERSAS COMPROMETEDORAS

Confira algumas mensagens trocadas entre Moro e Dallagnol, expostas na matéria do Intercept:

16 de outubro de 2015

Em um grupo, procuradores da Lava Jato reagem à notícia da soltura do diretor da Odebrecht Alexandrino Alencar, que acompanhava o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagens. Dallagnol abre uma conversa privada com Moro e questiona: "Caro, STF soltou Alexandrino. Estamos com outra denúncia a ponto de sair, e pediremos prisão com base em fundamentos adicionais na cota. [...] Seria possível apreciar hoje?". Moro responde: "Não creio que conseguiria ver hj. Mas pensem bem se é uma boa ideia". O juiz acrescenta: "Teriam que ser fatos graves". Então, no grupo, o Dallagnol diz que falou "com o russo [que seria o apelido de Moro]" e os procuradores passam a debater estratégias para reverter a soltura – o que nunca aconteceu.

7 de dezembro 2015

Moro envia a Dallagnol possível pista sobre o ex-presidente Lula: "Entao. Seguinte. Fonte me informou que a pessoa do contato estaria incomodado por ter sido ela solicitada a lavratura de minutas de escrituras para transferências de propriedade de um dos filhos do ex Presidente. Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou entao repassando. A fonte é seria".

21 de fevereiro de 2016

Moro envia uma mensagem que parece ser sobre o planejamento do Ministério Público. "Olá Diante dos últimos desdobramentos talvez fosse o caso de inverter a ordem da duas planejadas." Dallagnol responde, citan-

do problemas para acatar a sugestão. No dia seguinte, começou a 23ª fase da Lava Jato, a Operação Acarajé.

Março de 2016

Moro demonstra irritação com o que considerou um erro da Polícia Federal: "Tremenda bola nas costas da PF". Depois de justificativas de Dallagnol, ele diz: "Continua sendo lambança. Não pode cometer esse tipo de erro agora"

16 de março de 2016

No dia em que a ex-presidente Dilma Rousseff tentou nomear Lula para a Casa Civil, Moro e Dallagnol conversaram sobre a divulgação de um áudio entre os dois ex-chefes de Estado. O procurador questiona: "A decisão de abrir está mantida mesmo com a nomeação, confirma?". Moro questiona: "Qual é a posição do MPF?". O procurador retorna: "abrir" No áudio, captado após o período de autorização para interceptação, Dilma diz: "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!". Após a divulgação do áudio, a nomeação de Lula foi suspensa por liminar do ministro Gilmar Mendes, do STF.

21 de junho de 2016

Dallagnol mostra a Moro uma prévia dos indícios de corrupção revelados por delações de 77 executivos da Odebrecht, que implicavam 150 políticos, como Lula, Dilma, Temer, Aécio Neves, Eduardo Cunha, Geraldo Alckmin e Sérgio Cabral. Moro responde: "Reservadamente. Acredito que a revelação

dos fatos e abertura dos processos deveria ser paulatina para evitar um abrupto pereal mundus [expressão em latim usada no meio jurídico, que quer dizer 'acaba-se o mundo, mas faça-se justiça']". O então juiz ainda acrescenta: "Abertura paulatina segundo gravidade e qualidade da prova. Espero que LJ sobreviva ou pelo menos nós".

Março de 2017

Moro sugere a Dallagnol o que seria um caminho para a investigação da Lava Jato: "Prezado, a Deputada Mara Gabrili mandou o texto abaixo para mim, podem dar uma checada nisso. Favor manter reservado". A mensagem da congressista sugere que Marcos Valério, preso à época do Mensalão, fosse ouvido em investigação sobre a morte do ex-prefeito Celso Daniel. Dallagnol responde: "Falei com Diogo [Castor de Mattos, procurador], que checará".

8 de maio de 2017

Dois dias antes de Lula ser ouvido pela primeira vez por Moro, em Curitiba, o então juiz Moro questiona o procurador sobre possível adiamento do depoimento: "Que história é essa que vcs querem adiar? Vcs devem estar brincando. Não tem nulidade nenhuma, é só um monte de bobagem". Dallagnol só responde no dia seguinte: "Passei o dia fora ontem. Defenderemos manter. Falaremos com Nivaldo [Brunoni, juiz de primeira instância que cobria as férias do relator da Lava Jato no TRF-4, João Pedro Gebran Neto, e negou o pedido da defesa de adiar o depoimento]".

10 JUN 2019

BEM PARANÁ

VAGA DE DESEMBARGADOR

A OAB Paraná definiu a lista sêxtupla com os nomes que vão concorrer à vaga de desembargador destinada à advocacia no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Foram escolhidos os seguintes advogados: Alexandre Hellender de Quadros, Priscilla Placha Sá, Sandro Marcelo Kozikoski, Iverly Antiquiera, Carla Karpstein e Marco Antonio Dias Lima Castro. A vaga foi aberta com o falecimento do desembargador Cláudio de Andrade. A lista sêxtupla será apresentada ao TJ-PR.

BEMPARANÁ

SANDRA FRANCO

10 JUN 2019

Crescimento da Judicialização na Saúde: qual a solução?

Já são décadas de crescimento das ações e processos judiciais em que os pacientes acionam o Poder Judiciário para ter o direito e o acesso aos serviços de saúde no Brasil. Os tribunais passaram a ser uma extensão dos balcões de atendimento dos hospitais, clínicas e operadoras de saúde, uma porta de acesso quase sem barreiras. O custo da Judicialização para o país é estimado em R\$ 10 bilhões por ano, quase 10% do valor total dos recursos disponibilizados para a área.

Recente relatório encomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Poder Judiciário apontou um crescimento de aproximadamente 130% nas demandas de primeira instância entre 2008 e 2017. A pesquisa, realizada com base em dados da Lei de Acesso à Informação, identificou 498.715 processos em primeira instância, distribuídos entre 17 justiças estaduais e 277.411 processos de segunda instância, distribuídos entre 15 tribunais estaduais. Na segunda instância, houve um salto de 2.969 processos em 2008 para mais de 20 mil em 2017.

Problemas com os convênios foram a maior causa (30,3%) dos pedidos de processos relacionados ao assunto no país. Outros assuntos levados ao Judiciário foram: pedidos de seguro em saúde (21,1%), saúde pública (11,7%), tratamento médico-hospitalar ou fornecimento de medicamentos (7,8%) e fornecimento de medicamentos (5,6%). Na segunda instância, planos de saúde respondem por 38,4% e seguro, por 24,7%. Na primeira instância, são saúde pública (23%), planos de saúde (22,8%) e seguro (14%).

O estudo também revelou que, em São Paulo, 82% dos processos se referem a planos de saúde, tendo distribuído 116.518 casos nessa categoria. Já no Rio de Janeiro, saúde pública é o principal entrave, com 35% dos casos. Em Minas Gerais, a maior demanda judicial é pelo acesso ao tratamento médico-hospitalar ou fornecimento de medicamentos, com 21%. E, em Santa Catarina, o tema mais recorrente, com 28% dos casos, é o acesso aos medicamentos.

Segundo dados apresentados pelo CNJ, o caso de maior relevância é o que envolve órteses e próteses, citados em mais de 108 mil decisões de tutela antecipada em uma amostra de 188 mil. Claro que o valor de órteses e próteses e o caráter de urgência algumas vezes associado à sua utilização explicariam o elevado número de pedido de liminares; no entanto, chama atenção o fato de muitos profissionais da saúde ganharem mais pela indicação de certas marcas e tipos desses materiais cirúrgicos.

Independentemente dos pedidos irrealistas que alguns pacientes demandam ao Judiciário, esses números constatarem que a saúde no Brasil sofre os efeitos de uma má gestão política, econômica e administrativa. É preciso mais do que ações pontuais para que se resolva ou, pelo menos, amenize a situação atual. Não se pode olvidar que há também uma cultura de favorecimento diretamente ao médico, seja por meio da prescrição de medicamentos desnecessários com incentivos financeiros por fornecedores e laboratórios, seja por honorários profissionais que o médico irá receber pelo procedimento. Tem-se assistido ao desmanche de quadrilhas formadas por profissionais da saúde com escopo de fraudar o sistema de saúde quer público que privado, por exemplo, ao prescrever medicamentos pela marca, em vez de indicar apenas o princípio ativo.

Sandra Franco é consultora jurídica especializada em direito médico e da saúde, doutoranda em Saúde Pública, presidente da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB de São José dos Campos (SP) e membro do Comitê de Ética para pesquisa em seres humanos da UNESP (SJC) e presidente da Academia Brasileira de Direito Médico e da Saúde - drasandra@sfranconsultoria.com.br

10 JUN 2019

BEMPARANÁ

Pedágio

O deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB) e o prefeito de Cambará, Neto Haggi (MDB) entraram com ação popular em que pedem a suspensão imediata da cobrança de pedágio e o fechamento imediato da praça entre Cambará e Andirá, na BR-369, reaberta pela Econorte no último sábado, 1º de junho. A ação foi protocolada na 6ª Vara Federal de Curitiba.

Corredor

Na ação, o prefeito Neto reafirma que a reativação da praça traz graves prejuízos econômicos para a região. "A BR-369 é via de trânsito obrigatória para centenas de milhares de agricultores, estudantes, trabalhadores que todos os dias se deslocam entre os municípios de Cambará, Andirá, Bandeirantes, Jacarezinho, Barra do Jacaré, entre outros municípios, chegando a passar até mais que uma vez por dia por esta praça de Pedágio. Como conciliar uma ida e volta diária de R\$ 43,80?", questiona.

08 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Discussão do Escola Sem Partido no PR volta a mobilizar OAB e MP

Entidades estaduais reafirmam posicionamento contrário ao projeto, que será rediscutido na AL depois de ter sido retirado de pauta por dez sessões

66

(A censura) acaba impossibilitando o desenvolvimento dos alunos"

Simoni Saris

Reportagem Local

Aprovada a PEC que extingue o benefício da aposentadoria dos governadores, os deputados estaduais têm na discussão do projeto Escola Sem Partido outra das pautas polêmicas previstas para este primeiro ano da nova legislatura.

A matéria chegou a ir a plenário há duas semanas, mas diante das divergências na própria AL e da manifestação de entidades da área da educação contrárias à sua aprovação, foi retirada de pauta por dez sessões para que seja melhor discutido.

Durante toda a tramitação do projeto de lei, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Paraná e o MP-PR (Ministério Público do Paraná) se posicionaram contrariamente à matéria por considerá-la inconstitucional. Para se tornar

lei, após a aprovação do projeto, ainda será necessária a sanção do governador Ratinho Júnior, mas a OAB e o MP adiantam que irão ingressar com ações diretas de inconstitucionalidade caso a matéria seja sancionada.

Autor de um parecer acolhido pelo conselho da OAB-PR, o conselheiro seccional da entidade Anderson Rodrigues Ferreira questiona vários pontos do projeto de lei. Um deles é o argumento dos autores da proposta de que ela seria baseada no Pacto de São José da Costa Rica. "Esse tratado internacional de direitos humanos não trata sobre a educação. A educação é tratada exatamente no Protocolo de São Salvador, que é praticamente idêntico aos artigos 205 e 206 da nossa Constituição Federal e fala do acesso à educação universal e à

liberdade de cátedra", destacou Ferreira.

O conselheiro alerta sobre os riscos de censura e defende que nenhum tipo de cerceamento dentro do ambiente escolar pode ser benéfico. "(A censura) acaba impossibilitando o desenvolvimento dos alunos e da própria educação como um todo", observa. A educação, ressalta Ferreira, é uma troca entre professor e aluno e limitar o pensamento seria fadar a sociedade à estagnação.

A OAB identifica ainda vício de iniciativa no projeto de lei, uma vez que implicaria aumento das despesas sem que houvesse previsão orçamentária para respaldar o aumento de gastos.

CONTINUA

O projeto prevê a colocação de cartazes nas salas de aula com informações sobre a lei. "Se a gente faz uma conta básica através do Censo da Educação do Estado do Paraná, são cerca de duas mil escolas públicas municipais e estaduais no Paraná e um cartaz por sala de aula vai dar mais de 120 mil cartazes. Eles não fazem a análise do impacto financeiro dessa medida. Impõem um gasto ao Executivo sem previsão orçamentária."

No entendimento da entidade, já existem meios para poder combater a doutrinação que se pretende evitar com a aprovação do projeto. A ouvidoria do governo do Estado, uma legislação específica para estudantes e processo administrativo são formas de se combater a prática em sala de aula. "Falamos que a OAB tem partidos e posições. A OAB, na verdade, tem um partido que é a Constituição Federal e pela qual vamos lutar sempre", destacou Anderson Ferreira.

ADI

Caso a medida seja sancionada, a OAB promete ingressar imediatamente com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) considerando que existe um vício constitucional dentro do processo legislativo. "O STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a lei do Escola Sem Partido em Alagoas, um projeto de lei muito similar ao

do Paraná", ressaltou o conselheiro. "Esse projeto de lei tem uma vinculação ideológica que é acabar exatamente com o pensamento contrário ao deles. Tem que deixar a sociedade ser plural. Se ficar com um pensamento único, a sociedade não vai avançar."

PLURALIDADE

Procurador de Justiça e coordenador da área de Direitos Humanos do MP-PR, Olympio de Sá Sotto Maior também defende a pluralidade de pensamento no ambiente escolar. "O texto constitucional brasileiro se refere ao sistema educacional como o espaço adequado para o desenvolvimento pessoal, capacitação para o trabalho e, principalmente, de preparo para o futuro exercício da cidadania. Não dá para imaginar que nessa nova perspectiva o direito à educação, o direito de aprender e de ensinar possa estar tolhido por regras inconstitucionais", disse o procurador.

A discussão de temas como a questão sexual, da violência de gênero e as questões que dizem respeito às propostas políticas e ideológicas são necessárias, observa Sotto Maior. "Como a pessoa vai se preparar para o futuro exercício da cidadania tendo limitado o seu conhecimento apenas aquilo que é dito na sua casa?"

'A doutrinação existe nas escolas' diz coautor do projeto

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Antes da votação do projeto Escola Sem Partido na Assembleia Legislativa, no final de maio, o TJ (Tribunal de Justiça) indeferiu pedido de um grupo de parlamentares que tentava barrar a tramitação da proposta. O órgão alegou não ser possível, devido ao princípio de separação entre os poderes, se posicionar antes da AL dar o seu parecer. O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), foi um dos propositores. O petista já adiantou que, por considerar a proposta inconstitucional, em caso de aprovação deverá recorrer novamente à Justiça.

O deputado Ricardo Arruda (PSL), que assina o PL 606/2016 com o hoje deputado federal Felipe Francischini (PSL), voltou a defender a constitucionalidade do projeto no dia em que a AL decidiu adiar a votação. "O projeto está ganho na Casa. É legítimo, é constitucional. Essa balela de que é inconstitucional é uma grande mentira. A doutrinação existe nas escolas. Há vasto material e queixas", afirmou ele à FOLHA no final de maio.

08 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Fórum debate o pensamento conservador em Londrina

Pedro Moraes

Reportagem Local

Temas relevantes do pensamento conservador estão sendo debatidos no 2º Fórum Educação, Direito e Alta Cultura, sob a idealização e coordenação da promotora Cláudia Rodrigues de Moraes Piovenzan. O encontro ocorre no Centro de Eventos do Shopping Aurora, com abertura na sexta-feira (7), encerramento neste sábado (8), e contará com a participação do filósofo e escritor Olavo de Carvalho, por meio de videoconferência. As inscrições já estão esgotadas, mas todo o conteúdo será disponibilizado na internet, no YouTube. O contexto levantado nesta edição será: Uma análise da decadência e o resgate da Justiça e da inteligência no Brasil.

Entre os palestrantes estão os professores Thomas Giuliano, Edilson Mougnot Bonfim e Rodrigo Gurgel, que discorrerão sobre os temas centrais. O Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul Fábio Costa Pereira apresenta uma abordagem sobre a União Europeia, globalismo, multiculturalismo e seus reflexos jurídicos. Já a juíza Ludmila Lins Griolo apresenta palestra intitulada "Guerra semântica e seus reflexos na linguagem jurídica". Até mesmo a sexualidade será discutida entre os

participantes, a partir de reflexões da promotora Jackeline Rangel, que tratará de Pornografia e Erotização de crianças e adolescentes.

A primeira edição do encontro foi realizada em junho de 2018 e contou com 12 palestrantes que trataram de temas como a baixa qualidade do ensino brasileiro, dos alarmantes índices de criminalidade no País e o baixo nível da cultura produzida nas últimas décadas.

Os organizadores do evento foram procurados para falar sobre o evento, mas não responderam até o fechamento desta edição.

08 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Justiça autoriza devolução de R\$ 681 milhões

recuperados pela Lava Jato

Os valores serão devolvidos para União e Petrobras e são relativos ao acordo de leniência travado com a Braskem; a empresa fez novo acerto com a CGU e a AGU

Katna Baran

Folhapress

CURITIBA - A Justiça Federal do Paraná autorizou o retorno aos cofres públicos de mais de R\$ 681 milhões que foram desviados da Petrobras, conforme apontou a Operação Lava Jato. Do total, R\$ 416,5 milhões ficarão com a União e R\$ 264,5 milhões serão devolvidos à Petrobras. A verba estava depositada em uma conta judicial, proveniente do acordo de leniência - espécie de delação premiada de empresas - assinado pela Braskem. A decisão é de quarta-feira (5).

O pedido de transferência partiu da força-tarefa do Ministério Público Federal no Paraná, após a empresa ter fechado na última semana novo acordo com a CGU (Controladoria-Geral da União) e a AGU (Advocacia-Geral da União). O total a ser devolvido pela empresa é de mais de R\$ 2 bilhões, dos quais R\$ 828,7 milhões já foram repassados somente à Petrobras - incluindo a transferência recém-autorizada.

As regras que a AGU e a CGU devem seguir no cálculo das multas estão definidas na legislação, mas os dois órgãos têm

mantido em segredo os anexos dos acordos de leniência que detalham as condições em que elas foram aplicadas em cada caso. Por isso, é impossível saber como foram avaliadas as informações das empresas e qual o peso conferido a circunstâncias atenuantes e agravantes que deveriam ser consideradas. O sigilo também impede a comparação dos benefícios alcançados pelas empresas nas negociações.

Na decisão que autorizou a transferência dos recursos oriundos da Braskem, a juíza Gabriela Hardt disse que ainda não há, no Brasil, definição sobre procedimentos a serem adotados quando a empresa fecha acordos com diferentes entidades, mas que houve, no caso, convergência para definir os valores devidos. "Para dar maior segurança às empresas que pretendem celebrar acordos de leniência, reputo extremamente louvável constatar que nos presentes autos há convergências significativas entre o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e a Advocacia Geral da União para definição dos valores devidos aos entes federais lesados, considerando em especial que já há valores expressivos depositados nos autos, mas ainda não destinados", afirmou.

Para o Ministério Público Federal, os acordos firmados com as três entidades "consolida um modelo de leniências paralelas e complementares". Nesse modelo, além do acordo homologado pela Justiça, a empresa também se compromete com a administração pública. "Cada acordo respeita e complementa os efeitos do outro, conferindo a necessária segurança jurídica. Cria-se ainda um ambiente atraente para novos proponentes, incentivando novas empresas a revelarem outras situações de corrupção de que tenham participado", diz a nota do órgão.

"O MPF sempre incentivou as empresas que fazem acordos na Operação Lava Jato a procurar outros órgãos públicos para que também sejam feitos acordos também na esfera executiva. O acordo fechado na semana passada com CGU e AGU reconhece o do MPF e vice-versa. A importância é que o sistema de leniência e de colaborações premiadas no Brasil passa a ganhar em segurança jurídica", diz o procurador Paulo Roberto Galvão.

CONTINUA

08 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

BILHÕES

Até então, a Lava Jato fechou 11 acordos de leniências com empresas envolvidas nos desvios na Petrobras. A operação ficou famosa por inovar na utilização desse recurso e das delações premiadas. Por meio dos acordos individuais e de pessoas jurídicas, foram devolvidos R\$ 3,1 bilhões aos cofres públicos. As empresas e os colaboradores individuais se comprometeram a devolver, no total, cerca de R\$ 13 bilhões que teriam sido desviados. O MPF também está requerendo que a Caixa Econômica Federal corrija de forma mais eficaz os valores já depositados em contas judiciais.

08 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Dodge diz estar à disposição para eventual recondução ao cargo

São Paulo - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse nesta sexta-feira (7) que está "à disposição" para uma eventual recondução ao cargo de procuradora-geral da República. Ela afirmou que não tem feito nenhuma articulação para se manter no posto, mas que a permanência seria bem-vinda. O mandato de Raquel Dodge na PGR (Procuradoria-Geral da República) termina em setembro. As informações são da Agência Brasil.

"Estou à disposição, tanto da minha instituição quanto do país, para uma eventual recondução. Não sei se isso vai acontecer", declarou.

Dodge afirmou que a consideração da lista tríplice enviada pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) ao presidente é uma prerrogativa do chefe do Executivo. "É uma decisão do presidente, definida na Constituição", disse.

A procuradora-geral foi indicada para o cargo pelo então presidente Michel Temer, em 2017. Ela ficou em segundo lugar pelo voto dos pares

naquela ocasião. A lista tríplice foi criada em 2001 e é defendida pelos procuradores como um dos principais instrumentos de autonomia da carreira. De acordo com a Constituição, o presidente da República pode escolher qualquer um dos procuradores em atividade para o comando da PGR. De 2003 a 2017, o nomeado foi o mais votado pelos membros da ANPR.

Dez procuradores se apresentaram à sucessão na PGR neste ano. Até o dia 17 de junho, os candidatos seguem em campanha. A eleição ocorrerá em todas as unidades do Ministério Público Federal.

FOLHA DE LONDRINA

OAB classifica como grave relato da defesa de Lula sobre grampo

Walter Nunes

São Paulo - A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) classificou de "grave episódio" a informação divulgada pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre relatórios da Lava Jato feitos a partir da interceptação telefônica do escritório de advocacia representante do petista. Na quinta-feira (6) a Folha de S.Paulo mostrou que a principal aposta da defesa de Lula no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar anular a condenação dele no caso do triplex de Guarujá (SP) se baseia no relato de que a Lava Jato produziu relatórios que detalharam ao menos 14 horas de conversas entre os advogados, em uma afronta à legislação.

A OAB disse, em nota, que acompanha esse "grave episódio que indica que diálogos entre os advogados e seu cliente, além de ilegalmente interceptados, teriam dado origem a relatórios" usados no processo. "O sigilo das conversas entre defensor e seu cliente é protegido por lei e sua violação por qualquer meio é ilegal, além de significar um ataque ao direito de defesa e às prerrogativas dos advogados", afirmou a entidade. A ação de Lula no STF foi ingressada no ano passado.

O defensor não faz mais parte da equipe contratada pelo petista, mas diz ter visto na 13ª Vara Federal de Curitiba os relatórios produzidos a partir das interceptações telefônicas do ramal-tronco do escritório Teixeira Martins & Advogados, responsável pela defesa técnica de Lula. Era na 13ª Vara que atuava o então juiz e hoje ministro Sergio Moro (Justiça).

08 JUN 2019

08 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Militão

Sabia que a Defensoria Pública só tem duas advogadas? Pois é, deveria ter pelo menos cinco advogados, entre homens e mulheres. Mas o Estado criou os cargos e não nomeou todos os que foram aprovados em concurso.

Não são coisas banais: são quase 40 mil jovens assassinados, mortos, em 2017 e o Estado, a União, não detêm o controle do sistema prisional, carcerário. A divulgação feita recentemente, parece ser coisa de republiqueta. Trocam ministros da Justiça, de Segurança Pública, mas os dirigentes de setores e funcionários importantes responsáveis pelas páreas, continuam os mesmos, numa boa. Por isso, nos últimos 20 anos, o crime parece fazer o que bem desejar no País.

Quem será o novo procurador geral da Justiça? Homem ou mulher? Os procuradores estarão elegendendo, dia 18, uma lista tríplice, para que o presidente Bolsonaro escolha a substituta de Rachel Dodge.

GLAUCIA CARDOSO TEIXEIRA TORRES

A liberdade que o mundo 'vende' nos torna verdadeiramente livres?

Um dos maiores anseios de todo indivíduo é ser livre. Desde há muitos séculos e de modo mais enfático após a Revolução Francesa de 1789, a busca pela liberdade em todas as suas vertentes tem constituído um sólido objetivo, não somente dos indivíduos, mas também dos povos. E muito foi conquistado. Atualmente, na maioria dos países ocidentais e em vários orientais, as pessoas são livres para fazer suas escolhas e determinar os caminhos que trilharão ao longo de suas vidas, no trabalho, em suas relações afetivas, em suas crenças ou descrenças religiosas e em todas as outras faces da vida privada; as liberdades desdobraram-se e ampliaram-se a tal ponto que é possível considerá-las praticamente irrestritas.

Múltiplos são os modos de vida, ilimitadas são as formas de relacionar-se, a palavra de ordem diante de tanta liberdade é a busca pela autossatisfação e pelo prazer. Todavia, ao observarmos mais atentamente a vida contemporânea, surpreendentemente vislumbramos manchas que impedem que este cenário, aparentemente perfeito, de liberdades irrestritas, seja límpido e colorido

como a princípio se poderia supor. E por que, adultos homens e mulheres, jovens e crianças que vivenciam a liberdade da maneira mais ilimitada de todos os tempos não usufruem de uma maravilhosa sensação de felicidade e paz que supostamente deveriam sentir? Talvez porque o caminho para a felicidade e paz plenas e verdadeiras não esteja na liberdade irrestrita.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2009) desenvolveu o conceito de sociedade líquida no qual a vida não se restringe a uma direção única, o que leva a frustrações advindas da incerteza causada pela infinidade de caminhos possíveis que culminam, entre outros

sentimentos, em desapego do outro, indefinição de valores, medo de tornar-se descartável e só e dificuldade em visualizar um sentido para a própria vida.

Por que em uma sociedade na qual as possibilidades de vida, prazer e escolhas são ilimitadas temos crescentes índices de depressão, síndromes do pânico, angústia exacerbada e suicídios?

Talvez a resposta esteja em uma outra proposta, aquela que dispõe que não foi para liberdades irrestritas que fomos criados. O apóstolo Paulo (1 Cor 6, 12) ensinava que "tudo me

é permitido mas nem tudo me convém". Jesus, ao ensinar Seu plano de amor e salvação, nos propõe uma vida de paz e felicidade verdadeira, mas nos ensina que não é buscando o prazer a qualquer custo que iremos alcançar esses ideais. É preciso cuidado! Cuidado com as armadilhas do mundo, que nos prometem alegria e prazer, mas que entregam frustração e vazio. Ao contrário, o que Jesus nos oferece é uma alegria genuína, mas que pede a renúncia a ações que não condizem com os ensinamentos de Cristo.

É preciso que fique claro que a proposta de Jesus não é de cerceamento de liberdades, pelo contrário, Ele nos quer verdadeiramente livres. "Foi para a liberdade que Cristo nos libertou" (Gl 5, 1), mas enxerga em Sua infinita sabedoria que, para não sermos escravizados pela sensação de frustração, abandono e falta de sentido na vida, é preciso que percebamos que os limites que nos ensina são na verdade redes de proteção e amor.

“

Talvez a resposta esteja na ideia que dispõe que não foi para liberdades irrestritas que fomos criados”

GLAUCIA CARDOSO TEIXEIRA TORRES
é professora de Direito e catequista

GAZETA DO POVO

editorial 08 JUN 2019

O Supremo dificulta as privatizações

Parafraseando o ex-ministro Roberto Campos, os últimos dias mostraram que o estatismo no Brasil tem “um passado glorioso e um futuro promissor”. Quando finalmente o brasileiro eleger um chefe do Poder Executivo que traz consigo uma pauta liberalizante, o Supremo Tribunal Federal se encarrega de desfazer o otimismo — e, pior ainda, mais uma vez inventando regras que os legisladores não tinham a menor intenção de impor ao poder público. Trata-se do julgamento encerrado na quinta-feira, dia 6, envolvendo a necessidade de aval do Poder Legislativo para a realização de privatizações e venda de subsidiárias de empresas estatais. Seu resultado, apesar de destravar no curto prazo os programas de desinvestimento de Petrobras e Eletrobrás, cria um novo obstáculo ao programa de desestatização do governo.

A Constituição Federal é muito clara a respeito dos processos de surgimento de estatais, exigindo, em seu artigo 173, a aprovação do Congresso para que o governo possa, por meio de decreto, criar uma empresa. Mas em nenhum momento a Carta Magna faz essa mesma exigência para que o poder público se desfaça de uma estatal. Não se trata de omissão ou esquecimento, mas de uma decisão consciente do constituinte, baseada no que afirma o mesmíssimo artigo 173: a “exploração direta de atividade econômica” por parte do Estado é uma excepcionalidade, um ponto fora da curva, uma circunstância extraordinária. O normal é que essa função caiba à iniciativa privada. Podemos afirmar, com toda a certeza, que o legislador não quis condicionar uma privatização ao aval do Legislativo, com a exceção dos casos previstos no artigo 177 da Constituição, que trata dos monopólios da União, e daquelas empresas que o Congresso incluiu nominalmente na Lei 9.491/97, que criou o Programa Nacional de Desestatização. Entram nesses critérios, por exemplo, Petrobras, Eletrobrás, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, mas não as suas subsidiárias, e nem a esmagadora maioria das quase 140 estatais federais existentes hoje.

A clareza do legislador sobre o que é necessário para criar uma estatal e para privatizá-la não foi suficiente para Ricardo Lewandowski, que em 2018 barrou liminarmente a venda de subsidiárias da Eletrobras argumentando que, se era preciso haver lei para criar, também seria preciso haver uma outra lei para vender, ainda que isso não estivesse escrito em nenhum lugar — na prática, o ministro inventou uma regra que o Congresso não estabeleceu, mais uma vez assumindo o papel de legislador no qual tantos membros do STF se sentem confortáveis. Mais recentemente, foi seguido por Edson Fachin, que, em outra liminar, barrou a venda de duas subsidiárias e três refinarias da Petrobras. No julgamento encerrado no dia 6, quem mais se aproximou da linha de Lewandowski e Fachin foi Rosa Weber, que defendeu apenas uma “lei genérica” para a venda de subsidiárias, com processos que garantam a concorrência.

Alexandre de Moraes abriu uma divergência, mas parcial. Para ele, a venda de subsidiárias não exigiria aval legislativo, como defenderam Lewandowski e Fachin, mas a privatização de uma “empresa-mãe” precisaria da autorização do Congresso. Foi acompanhado por Cármen Lúcia, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Dias Toffoli, somando nove ministros em defesa da necessidade de autorização para a privatização e seis ministros que votaram para não exigir lei no caso da venda de subsidiárias. Marco Aurélio Mello se pronunciou apenas sobre a questão das subsidiárias, mas referendou a liminar de Lewandowski.

A única voz do bom senso e do respeito à liberdade econômica e aos intenções do legislador foi a de Luís Roberto Barroso, para quem as privatizações — tanto de estatais quanto de subsidiárias — não precisam de nenhuma autorização do Congresso.

CONTINUA

08 JUN 2019

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O ministro defendeu que “para desinvestir, não vale a mesma regra que vale para criar” e ainda classificou como “fetiche” a visão que coloca o Estado como “protagonista de tudo”. Quanto menos uma corte constitucional interferir na ordem econômica, melhor, afirmou. Infelizmente, Barroso ficou sozinho.

A suprema corte pode até ter destravado os programas de desinvestimento de Petrobras e Eletrobrás, mas, ao decidir que toda estatal precisa de autorização do Congresso para ser vendida, o STF condena o país inteiro a continuar bancando empresas deficitárias, que poderiam muito bem ser recuperadas pela iniciativa privada, e coloca o destino do programa de privatizações do governo Bolsonaro na mão de dois tipos de congressistas: aqueles que, por razões ideológicas, alimentam o “fetiche” descrito por Barroso, o do protagonismo estatal na atividade econômica; e aqueles que enxergam as estatais como cabides de empregos onde podem pendurar apadrinhados em cargos de comando, em troca de apoio político, e que por isso resistirão às privatizações por ver nelas o fim de um instrumento de barganha. Uma decisão que já seria desastrosa em tempos de vacas gordas, porque representa uma inversão do saudável princípio da subsidiariedade, se revela ainda mais daninha nesta época de dificuldades fiscais, mostrando ao investidor que a liberdade econômica continua a ser bem escassa neste país. ●

Lava Jato diz que grupo de Richa recebeu R\$ 7,5 milhões

● O Ministério Público Federal (MPF) denunciou na quarta-feira (5) o ex-governador Beto Richa (PSDB) pelos crimes de corrupção passiva e ativa, fraude licitatória e lavagem de dinheiro no caso da licitação da PR-323, rodovia que liga Maringá a Francisco Alves, no noroeste do Paraná. A denúncia é fruto das investigações envolvendo a licitação da Parceria Público-Privada (PPP) da PR-323. Segundo o MPF, o consórcio Rota das Fronteiras - formado pelas construtoras Odebrecht e Tucumann Engenharia - teria sido favorecido na licitação da obra, a partir de um acordo com Deonilson Roldo, ex-chefe de gabinete de Richa. Roldo já é réu no caso e negou as acusações. Segundo as investigações, as vantagens na concorrência teriam sido concedidas em troca do pagamento de valores ao grupo de Richa. A denúncia aponta que o valor recebido pelo ex-governador e seus aliados chega a R\$ 7,5 milhões.

Assassinato de mulheres cresce 30% em dez anos

● O Brasil registrou em 2017 o assassinato de 4,9 mil mulheres, segundo o Atlas da Violência divulgado na quarta-feira (5). Esse é o maior número registrado desde 2007 e mostra que cerca de 13 mulheres foram assassinadas por dia ao longo do ano em todo o país. O número representa um aumento de 30,7% nos últimos 10 anos e de 6,3% em relação a 2016. O estudo mostra ainda que 28,5% das vítimas foram mortas em casa e 52% por armas de fogo. Os dados foram compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados oficiais do Sistema de Informações Sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

STJ nega habeas corpus e João de Deus volta à prisão

● O médium João de Deus, investigado por abuso sexual contra diversas pacientes e por posse ilegal de armas, vai voltar para a prisão. Na terça-feira (4), dois pedidos de habeas corpus foram negados pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ao determinar o retorno à prisão, por maioria de votos, o colegiado revogou a decisão do ministro relator, Nefi Cordeiro, que havia autorizado a internação hospitalar do réu desde março. Nos pedidos de habeas corpus, a defesa buscava a revogação da prisão preventiva decretada em dezembro de 2018 ou a fixação de prisão domiciliar, em razão do grave quadro de saúde do médium. Conforme decisão do Tribunal de Justiça de Goiás, todos os problemas de saúde do médium podem ser tratados na unidade prisional e, em caso de urgência, ele poderá ser rapidamente encaminhado a hospital em Goiânia.

COLUNADO DO LEITOR

RELAÇÃO ENTRE OS PODERES

O Executivo não tem poder de fazer nada. Nem os ministérios o presidente define sem aval do Congresso. Se quiser privatizar uma empresa, o Judiciário se mete no meio. O Executivo é um poder independente ou um refém do Legislativo e do Judiciário? A imprensa tem de começar a esclarecer a população de que apenas votar em presidente não significa nada. É ilusão achar que um presidente sozinho pode fazer esse país mudar.

Artur Russ Filho

HOMOFOBIA

Infelizmente estamos em um país dominado pelos discursos que pretendem proteger minorias, mas que não preveem que a não aceitação de comportamentos não significa agressão ou preconceito; isso é simplesmente respeito às nossas convicções. No entanto, a agressão e o desrespeito devem ser punidos. Para isso temos a lei de forma geral. Precisamos de menos ideologia e mais racionalidade.

Eden Lopes Feldman

TRF4 libera processo para obras no Porto de Pontal

A construção do Porto Pontal Paraná, no litoral paranaense, poderá ter seguimento. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou recurso em ação popular que requeria manutenção da liminar de suspensão da obra. Segundo a decisão, a condição imposta pelo juízo de primeiro grau para a liberação, que era a apresentação do componente indígena do estudo de impacto ambiental, foi cumprida.

A ação popular foi ajuizada por um morador de Pontal do Paraná. Além da empresa Porto Pontal, responsável pelo projeto, foram incluídos como réus, pela suspeita de ausência ativa no processo licitatório da construção, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). ■

Denunciados na Lava Jato aguardam decisão do STF

Quatro deputados federais e quatro senadores denunciados pela Procuradoria Geral da República no âmbito da Operação Lava Jato aguardam definição do Supremo Tribunal Federal (STF) para saber se responderão a ação penal na condição de réus. São seis denúncias apresentadas entre 2017 e 2018. O tribunal ainda precisa decidir se as acusações preenchem os requisitos mínimos para serem recebidas e convertidas em processo criminal.

Duas dessas denúncias envolvem cinco parlamentares e estão na pauta de julgamentos de amanhã da Segunda Turma do STF. Os casos, no entanto, já entraram na pauta diversas vezes neste ano sem terem sido efetivamente julgados. A expectativa para esta terça-feira é que seja definida pelo menos a situação de quatro integrantes da cúpula do PP, acusados de formação de organização criminosa para fraudar a Petrobras. ■

ADVOGADOS GRAMPEADOS

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) classificou de "grave episódio" a informação divulgada pela defesa do ex-presidente Lula sobre relatórios da Lava Jato feitos a partir da interceptação telefônica do escritório de advocacia representante do petista. Na quinta (6), a Folha de S.Paulo mostrou que a maior aposta da defesa de Lula no STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar anular a condenação no caso do triplex de Guarujá (SP) se baseia no relato de que a Lava Jato produziu relatórios de conversas entre os advogados.

10 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dodge diz estar à disposição de Bolsonaro para 'eventual' recondução

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, disse na sexta-feira, que está "à disposição" para uma eventual recondução ao cargo de chefe do Ministério Público Federal. Ela disse que não tem feito nenhuma articulação para se manter no cargo, mas que a permanência seria bem-vinda. O mandato de Raquel Dodge na PGR termina em setembro. Questionada se conversou com o presidente Jair Bolsonaro sobre o tema, a chefe do MP negou.

Raquel Dodge disse que a consideração, ou não, da lista tríplice enviada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) ao Presidente da República é uma prerrogativa do chefe do Executivo. "É uma decisão do presidente, definida na Constituição", disse.

A procuradora-geral foi indicada para o cargo pelo então presidente Michel Temer, em 2017. Ela ficou em segundo lugar pela indicação dos pares.

A lista tríplice foi criada em 2001 e é defendida pelos procuradores como um dos principais instrumentos de autonomia da carreira. De acordo com a Constituição, o presidente da República pode escolher qualquer um dos procuradores em atividade para o comando da PGR. De 2003 a 2017, o nomeado foi o mais votado pelos membros da ANPR.

IMPACTO PARANÁ

08 JUN 2019

OSMANN DE OLIVEIRA

JUSTIÇA

A REFORMA DAS LEIS

Presidente foi oportuna a manifestação do povo sobre a sua intenção de promover a Reforma da Previdência. Preciso dizer-lhe, entretanto, que tão importantes quanto medidas preconizadas e a reforma das leis ordinárias e especiais e isto porque estas são dispersas e estão sendo aplicadas, em sua maioria, de acordo com entendimentos pessoais de muitos dos seus aplicadores.

O tema comporta uma mais que uma crônica. Vejamos a balburdia conta a qual se oportuna já no passado o ex-presidente Jânio Quadros que pretendia unificá-las ao fito de que a tutela jurisdicional fosse efetiva nos termos do que as segurava a Constituição.

Vamos porém tratar do assunto em termos bem simples: antes, por exemplo, o credor do título levava a protesto ou tratava de executá-lo diretamente em juízo. O juiz mandava autuar o pedido e em seguida, despachava no sentido de que o réu fosse citado para defender-se ou pagá-lo. Agora, Sr. Presidente Jair Bolsonaro, segundo dispositivo coativo do Art. Nº 854 do código civil pode o juiz possibilitar, sem delongas, a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira sem ciência previa ao devedor exequendo.

Antigamente, em época já bem distante, existiam os 'vermelhos' que eram cidadãos que iam cobrar dívidas e quando se postavam diante as residências dos inadimplentes logo surgiam comentários desairoso. E foram tantos deboches que muitas brigas e mortes ocorreram.

Agora a situação mudou em lugar "dos vermelhos" surgiram os Oficiais de Justiça e os quais, cumprindo ordens dos seus magistrados, primeiro vão entregar mandados os Bancos no sentido de que mantenham bloqueados os depósitos dos devedores e, após, o magistrado, em nome das leis existentes, convertem as apreensões na chamada "penhora on-line" sujando o nome dos devedores e os quais, com créditos abalados, já não podem mais obter empréstimos para pagar, até os seus credores ou manter relacionamentos com os bancos.

Está certo isso?

A indisponibilidade de valores, em espécie, (dinheiro ou aplicações) e arresto arbitrário.

Nos municípios a coisa e pior: com base no título executivo o nome do devedor vai para esses infernos chamados : "Serasa ou cartório de protestos".

As leis precisam ser revisadas e com urgência, pois do jeito como se esta legislando no Brasil, através, inclusive, de atos administrativos internos dos tribunais e por meio de memorandos ou resoluções ilegais e injustas, a sociedade será escravizada ou melhor continuara vítima da escravatura!

Presidente Bolsonaro deve averiguar o que esta se falando pela rama, pois o caso é muita mais grave do que se pensa.

Hoje, até para se recorrer, e preciso que além dos custos judiciais e nos quais que se englobam parcelas para empresas privadas, recolha-se , depósitos elevadíssimos, isto porque- como disse vossa excelência o judiciário através dos seus órgãos administrativos está legislando "sic ...".

Até quando o empresário vai pagar o PATO mesmo para ter que recorrer de alguma ação que nem tenha culpa, afinal os empresários estão sentindo na pele os encargos trabalhistas.